



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

RELATÓRIO

Gerência – 2002

RELATÓRIO ANUAL

GERÊNCIAS DE 2002



Presidente da Assembleia da República

João Bosco Soares Mota Amaral

Vice - Presidentes

Maria Leonor Couceiro Pixarro Belexa
Manuel Alegre de Melo Duarte
Narana Sinai Coissoró
Lino António Marques Carvalho

Secretários

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Ascenso Luís Seicas Simões
Isabel Maria Sousa Gonçalves Santos
António João Rodeia Machado

Vice - Secretários

Fernando Santos Pereira
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albermar
Manuel Alves de Oliveira
Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho

Conselho de Administração

De 01 de Janeiro a 9 de Abril de 2002

Rui do Nascimento Rabaça Vieira

Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas

António João Rodeia Machado

Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan

Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

Maria Adelina de Sá Carvalho

Joaquim Manuel Militão Ruas

De 10 de Abril a 31 de Dezembro de 2002

João Eduardo Guimarães Moura de Sá

Fernando Pereira Serrasqueiro

João Guilherme Nobre Fragoso Rebelo

António João Rodeia Machado

Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

João Miguel Teixeira Lopes

Heloísa Augusto Baião Brito Apolónia

Isabel Maria Freire dos Santos Côte-Real

Joaquim Manuel Militão Ruas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Eduardo Guimarães Moura de Sá
Presidente

Fernando Pereira Serrasqueiro
Representante do GP do PS

João Guilherme Nobre Fragoso Rebelo
Representante do GP do CDS-PP

António João Rodeia Machado
Representante do GP do PCP

João Miguel Teixeira Lopes
Representante do GP do BE

Helóisa Augusta Baião Brito Apolónia
Representante do GP do PEV

Isabel Maria Freire dos Santos Corte-Real
Secretária - Geral

Joaquim Manuel Militão Ruas
Representante dos Funcionários Parlamentares

GLOSSÁRIO

AACS	Alta Autoridade para a Comunicação Social
ADSE	Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública
AHP	Arquivo Histórico Parlamentar
APCE	Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa
APODEMO	Associação Portuguesa de Empresas de Estudos de Mercado e Opinião
AR	Assembleia da República
ARNET	Sistema de Intranet da AR
AWEPA	Associação de Parlamentares para África
BE	Bloco de Esquerda
BIB	Biblioteca da AR
CADA	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
CE	Comissão Europeia
CERDP	Centro Europeu de Pesquisa de Documentação Parlamentar
CIG	Conferência Intergovernamental
CINF	Centro de Informática da AR
CNAF	Confederação Nacional de Associações de Família
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CNPD	Comissão Nacional de Protecção de Dados
COSAC	Conferência das Comissões Parlamentares de Assuntos Comunitários e Europeus
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DAR	Diários da AR
DAPAT	Divisão de Aprovisionamento e Património
DE	Divisão de Edições
DGEMN	Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
DILP	Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
EURO	Unidade monetária da UE
GP	Grupo Parlamentar
GR%	Grau de execução (em percentagem)
INCM	Imprensa Nacional Casa da Moeda
ISADG	Regras Internacionais de Descrição Arquivística
LOAR	Lei Orgânica da AR
MJ	Ministério da Justiça
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OAR	Orçamento da Assembleia da República

ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização de Segurança e Cooperação Europeia
PAR	Presidente da AR
PCP	Partido Comunista Português
PE	Parlamento Europeu
PEV	Partido Ecologista “Os Verdes”
PLC	Aplicação “Processo Legislativo Comum”
PP	Partido Popular
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
SG	Secretária-Geral
SIBAR	Sistema de Informação de Base da AR
TAIEX	Technical Assistance Information Exchange Office
TC	Tribunal de Contas
TRESMED	Projecto sobre a função dos interlocutores económicos e sociais e Conselhos Económicos e Sociais da Região Mediterrânica
UE	União Europeia
UEO	União da Europa Ocidental
UIP	União Interparlamentar

ÍNDICE

NOTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	12
ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL	15
OAR2002.....	16
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2002	24
ACTIVIDADES PARLAMENTARES	29
GABINETES DE APOIO DOS GRUPOS PARLAMENTARES	33
COMISSÕES PARLAMENTARES	34
DEPUTADOS.....	36
DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO.....	36
RECEPÇÃO DE DELEGAÇÕES E ENTIDADES OFICIAIS	40
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	43
ACTIVIDADES DE APOIO	45
GESTÃO DAS ACTIVIDADES DE APOIO	47
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	55
ACTIVIDADE EDITORIAL	62
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR.....	65
FINANCIAMENTO DE ENTIDADES AUTÓNOMAS	70
INVESTIMENTOS	73
EQUIPAMENTO E APLICAÇÕES INFORMÁTICAS	74
PATRIMÓNIO E OUTROS INVESTIMENTOS	77
EXECUÇÃO FINANCEIRA	81



DAS DESPESAS	82
DAS RECEITAS	83
NOTA FINAL	86

NOTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A realização de eleições legislativas em 17 de Março de 2002, seguido do início da IX Legislatura, em 6 de Abril, teve como consequências directas a alteração da representatividade das forças políticas no Parlamento e a eleição em 10 de Abril de 2002 dos novos membros do Conselho de Administração.

Tal ocorrência determinou a divisão do ano económico de 2002 em duas gerências, devendo as contas ser prestadas em relação a cada uma delas.

Assim, tendo os documentos de prestação de contas respeitantes à Gerências de 1 de Janeiro a 5 de Abril sido oportunamente assinados e remetidos ao Tribunal de Contas pelo anterior Conselho de Administração, importa agora dar cumprimento ao disposto no nº 4 do artigo 52º da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto. Ou seja, proceder à remessa da conta de gerência relativa ao período de 6 de Abril a 31 de Dezembro ao Tribunal de Contas.

Assim, reportando-se a prestação de contas a duas gerências, o presente Relatório promove a consolidação do exercício económico de 2002, conferindo unidade à execução orçamental e financeira anualmente organizada e viabilizando simultaneamente a indispensável análise evolutiva.

De notar que, pelo facto de existir um hiato temporal entre 6 de Abril (início da IX Legislatura e o dia 10 de Abril, data da tomada de posse do Conselho de Administração), os anteriores membros permaneceram por mais esses 4 dias, razão pela qual assinarão igualmente a presente conta de gerência referente ao período posterior a 6 de Abril.

Salienta-se que o quadro orçamental que presidiu ao exercício gestor de 2002 da própria Assembleia da República foi particularmente restritivo na medida em que impôs um decréscimo de 48,4% na sua capacidade para financiar projectos de investimento. Tal opção foi considerada como necessária para não prejudicar as

actividades correntes parlamentares já que o orçamento sofrera uma redução de 0,2%.

Perante estes condicionalismos, houve que dar prioridade a projectos que potenciasses investimentos anteriormente feitos ou em curso, designadamente no âmbito da Intranet, a par da concretização ou lançamento de iniciativas consideradas relevantes no quadro da renovação tecnológica em que a Assembleia da República se encontra envolvida, tais como: a migração do ambiente UNIX/ELENIX para WINDOWS 2000/EXCHANGE (correio electrónico), a implementação de Webmail, a adjudicação do projecto de melhoria da rede de comunicações da Assembleia da República, o Sistema de *Streaming* destinado à distribuição do sinal do Canal Parlamento para a Internet e Intranet e a aquisição do equipamento para a régie das salas das Comissões Parlamentares.

Foi igualmente dada prioridade à actividade desenvolvida no âmbito da cooperação parlamentar com os Países de Língua Portuguesa, sendo de destacar a realização, em Cabo Verde, do III Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa, onde esteve presente o Presidente da Assembleia da República, que constituiu assim um sinal expressivo da partilha de interesses e reforço das vivências dos vários Parlamentos. O livro editado pela Assembleia da República “Cooperação Parlamentar de Portugal com os Países de Língua Portuguesa” e distribuído nesse Fórum constituiu igualmente um testemunho oportuno da importância da cooperação.

Assume igualmente particular relevância o Protocolo de cooperação assinado com a assembleia Constituinte de Timor-Leste por ocasião da visita do seu Presidente, Francisco Guterres Lu’Olo, bem como o acordo com o Parlamento Nacional relativamente a alguns princípios gerais do Programa para 2003/2005.

ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL

OAR2002

No dia 23 de Outubro de 2001, o Conselho de Administração aprovou o projecto de Orçamento da Assembleia da República para 2002 e, seguindo a tramitação orçamental, em 20 de Dezembro de 2001, o Plenário da AR aprovou o OAR2002 - Resolução n.º 1/2002, publicada no Diário da República n.º 9 - I Série A, de 11 de Janeiro.

Na versão inicial do OAR2002, os montantes aprovados para as despesas correntes e despesas de capital ascenderam, respectivamente, a 75.002 10³Euros e 4,185 10³Euros, num total de 79.187 10³Euros, traduzindo um aumento global de 4,4% relativamente ao período homólogo, quando ao OAR 2001 inicial se abateu o valor de 4.489.181 Euros (900 10⁶ PTE) por ter sido o montante que, na sequência da Lei n.º 85/2001, de 4 de Agosto (1.º alteração ao OE), não foi transferido do OE para a Assembleia da República.

A realização antecipada das eleições legislativas, para 17 de Março de 2002, teve como consequências directas e imediatas a redistribuição das forças políticas representadas na AR e a divisão do ano económico em duas Gerências, com reflexos no quadro de prestação de contas, desde logo com a assinatura em 9 de Maio de 2002 dos documentos de instrução da Conta de Gerência relativa ao período compreendido entre 1 de Janeiro e 5 de Abril.

Por tal facto, no início da IX Legislatura houve que reajustar o OAR2002 através de um Orçamento Suplementar aprovado pelo CA no dia 25 de Junho e pelo Plenário da AR em 4 de Julho de 2002, reequacionando-se a dotação global para o exercício económico de 2002, de 79.187 10³Euros para 83.187 10³Euros, por força dos seguintes procedimentos:

- integração do saldo de gerência no montante de 3.134 10³Euros, valor este

que ultrapassou o montante de 2.713 10³Euros inicialmente inscrito no OAR2002;

- financiamento dos encargos adicionais impostos pelo pagamento da subvenção estatal para as campanhas eleitorais e pelas alterações a processar nos montantes relativos à subvenção aos partidos políticos representados na AR;
- reforço das dotações dos vencimentos e outros abonos, por forma a fazer reflectir os efeitos da actualização salarial de 2,75%;
- actualização das dotações das rubricas onde se contabilizam os vencimentos e abonos a processar ao pessoal dos Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares - globalmente sujeitos a um *plafond* definido nos termos do art.º 62º da LOAR - e das subvenções a pagar aos partidos políticos e aos grupos parlamentares, em função da actualização do salário mínimo nacional (4,1%);
- reajustamento das dotações cujo pagamento de encargos já assumidos transitou para 2002;
- assunção das despesas de interpretação com a delegação parlamentar portuguesa nas sessões plenárias da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE), que até final de 2001 eram suportadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- processamento do “subsídio de reintegração” a ex-deputados;
- reequacionamento de desvios relacionados com a evolução das despesas de algumas actividades, designadamente através de transferências inter-rubricas a promover em função das dotações excedentárias existentes na “Actividade Parlamentar”, associadas a economias geradas pela redução da actividade

parlamentar durante o primeiro trimestre de 2002, ou seja, no decurso do período de campanha eleitoral para as eleições legislativas antecipadas;

No Orçamento suplementar foram integradas as duas primeiras alterações ao OAR, tendo-se promovido durante o ano de 2002 um total de dez alterações, orientadas para a redistribuição da despesa inscrita no OAR e para o ajustamento das dotações das rubricas de despesas correntes e de capital à actividade efectivamente desenvolvida pela AR e pelas Entidades que dependem financeiramente desta.

A primeira alteração orçamental processou-se durante o mês de Maio de 2002 e visou o reforço da rubrica “Subvenção estatal para a campanha eleitoral” (a atribuir aos partidos políticos e coligações), uma vez que à data da elaboração do Orçamento para 2002, não era previsível a realização de eleições legislativas antecipadas nem os encargos adicionais daí resultantes, no valor de 3.480 10³Euros. Para se proceder ao seu processamento em tempo útil, houve necessidade de utilizar, temporária e excepcionalmente, o valor correspondente aos vencimentos a suportar nos meses de Setembro a Dezembro, através das rubricas “Pessoal dos Serviços e dos Gabinetes” e “Subsídios de Férias e de Natal”. Esta alteração orçamental ficou regularizada com a aprovação do Orçamento Suplementar da AR, que permitiu a integração do reforço requerido ao Ministério das Finanças.

Em Junho, a CNPD solicitou à AR a redistribuição das verbas do seu orçamento para 2002, propondo a afectação da totalidade da dotação inscrita em despesas de capital a despesas correntes, no montante de 73.772 Euros. Esta alteração teve implicações ao nível da estruturação do próprio OAR, tendo igualmente sido contemplada em sede de Orçamento Suplementar.

As terceira e quarta alterações ocorreram durante o mês de Julho, na sequência dos pedidos formalizados pela AACS (transferência de 40.000 Euros do seu orçamento de despesas de capital para reforço das despesas correntes) e pela CADA (transferência de 12.000 Euros do seu orçamento de capital para despesas

correntes).

Ainda no mês de Julho, foi aprovada a quinta alteração ao OAR2002 para viabilizar dois novos pedidos da Provedoria de Justiça: a transferência de 32.422 Euros do agrupamento de despesas de capital para correntes e ainda a integração do seu saldo de gerência, receita própria dessa Entidade, nos termos legais.

A sexta alteração contemplou, em Setembro, uma proposta da Provedoria de Justiça no montante de 55.000 Euros, consubstanciada no reforço de diversas rubricas de despesas correntes por contrapartida de igual valor nas dotações das rubricas de despesas de capital, com vista a viabilizar a promoção de iniciativas que conduzissem à melhoria das suas condições.

Em finais de Setembro, a publicação do Acórdão do Tribunal Constitucional nº 141/2002, de 9 de Maio, com força obrigatória, determinou que fosse feita a avaliação do impacto dos efeitos financeiros que a sua aplicação provocaria no OAR, com a indemnização do pessoal que viu reduzida a sua remuneração global por força da aplicação da Lei nº 2/92, de 9 de Março e do artº 9º da Lei nº 30-C/92, de 28 de Dezembro, (diploma que veio a ser considerado inconstitucional pelo TC). A quantificação dos encargos a processar traduziu-se numa despesa para a AR no montante de 340.000 Euros (correspondente ao apuramento dos valores retidos e respectivos juros compensatórios). Tornou-se então imperativo aprovar uma sétima alteração orçamental para promover o reforço da dotação da rubrica “Outros abonos em numerário ou em espécie”. Dado que não foi encontrada em qualquer rubrica do agrupamento de despesas correntes um saldo que permitisse o referido reforço, utilizaram-se as disponibilidades ainda existentes na rubrica de despesas de capital “Maquinaria e Equipamento”.

Em finais de Outubro, uma outra alteração visou reequacionar as diversas rubricas do OAR2002 que evidenciavam níveis de execução superiores em resultado da projecção de desvios de actividade, reforçando aquelas que necessitavam de verbas

adicionais até final do exercício orçamental, por contrapartida das que apresentavam uma taxa de execução estimada inferior ao orçamentado. Procedeu-se, paralelamente, ao reforço da rubrica “Maquinaria e Equipamento” em 250.000 Euros, restituindo-lhe assim a necessária capacidade para fazer face aos encargos estimados e que tinha sido transitoriamente retirada através da anterior alteração orçamental para responder com celeridade aos encargos decorrentes da aplicação do Acórdão do TC.

Com base na evolução do comportamento da despesa verificado até ao mês de Novembro e após identificação dos desvios orçamentais que determinariam a necessidade de se proceder a novos reajustamento nas dotações por via de transferência inter-rubricas, foi autorizada a nona alteração orçamental que permitiu também à Provedoria de Justiça transferir 7.871 Euros de despesas de capital para correntes.

Finalmente, no início do mês Dezembro foi aprovada a décima e última alteração ao OAR2002, no valor de 129.490 Euros, que resultou não só da necessidade de se proceder ao reforço de algumas rubricas da despesa, mas também da aplicação de procedimentos de controlo interno que apontaram para a reclassificação de algumas despesas e conseqüente correcção da dotação de algumas dessas rubricas.

As alterações promovidas, particularmente assentes na necessidade de se dar resposta adequada e oportuna aos constrangimentos decorrentes do OAR2002, tiveram efeitos ao nível das diversas actividades, conforme se representa no Quadro I.

Quadro I
ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PARA 2002

Unid: Euro

	OAR2001 (*)	OAR2002 inicial	OAR2002 corrigido	Var%	Var%
	1	2	3	4=3/2	5=3/1
ACTIVIDADES PARLAMENTARES	37.734.839	40.872.546	46.413.360	13,6%	23,0%
ACTIVIDADES DE APOIO	19.210.642	19.925.255	20.509.736	2,9%	6,8%
ACTIVIDADE EDITORIAL	2.083.843	1.948.900	2.326.353	19,4%	11,6%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	947.716	947.700	771.180	-18,6%	-18,6%
FINANCIAMENTO DE ENTIDADES	8.401.527	9.180.443	9.358.141	1,9%	11,4%
OUTRAS ACTIVIDADES		2.127.688	0	-100,0%	
DESPESAS CORRENTES (1)	68.378.567	75.002.532	79.378.770	5,8%	16,1%
INVESTIMENTO	6.945.965	3.737.519	3.582.152	-4,2%	-48,4%
FINANCIAMENTO DE ENTIDADES	537.764	447.414	226.349	-49,4%	-57,9%
DESPESAS DE CAPITAL (2)	7.483.729	4.184.933	3.808.501	-9,0%	-49,1%
TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2)	75.862.296	79.187.465	83.187.271	5,1%	9,7%

* - OAR corrigido com as respectivas alterações orçamentais.

Importa salientar que o OAR2001 corrigido já não integra o montante de 4.489.181 Euros, relativo ao “corte” que sofreu na sequência da Lei nº 85/2001, de 4 de Agosto e que nesse exercício deu lugar à sua cativação em termos definitivos e irreversíveis na rubrica correspondente à dotação provisional. Essa correcção foi mantida nos subsequentes documentos orçamentais e de prestação de contas.

O OAR2002 corrigido relativamente ao do ano anterior regista um crescimento global de 9,7%, sendo esta variação fortemente influenciada pela evolução verificada ao nível das “Actividades Parlamentares”, em resultado do reforço da rubrica “Subvenção estatal para as campanhas eleitorais” em cerca 3.480 10³Euros, permitindo à AR processar as subvenções a que as diversas forças políticas concorrentes às eleições legislativas de 2002 tinham direito, nos termos previstos pela lei.

Assim, e para uma melhor clarificação dos encargos relacionados exclusiva e directamente com o funcionamento da Assembleia da República, importa autonomizar as componentes de despesa relativas àquela Subvenção (que foi cinco

vezes superior ao montante orçamentado em 2001) e ao financiamento das Entidades, conforme se expressa no Quadro seguinte.

Quadro II
EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

1. Actividade da AR	2001 corrigido		2002 corrigido		
	Euros	Estrutura	Euros	Estrutura	Var%
<i>Despesas Correntes</i>					
Actividades Parlamentares (sr/ Subvenção para as campanhas eleitorais)	36.063.866	47,5%	37.937.219	45,6%	5,2%
Actividades de Apoio	19.210.642	25,3%	20.509.736	24,7%	6,8%
Actividade Editorial	2.083.843	2,7%	2.326.353	2,8%	11,6%
Cooperação Interparlamentar	947.716	1,2%	771.180	0,9%	-18,6%
Sub-Total	58.306.067	76,9%	61.544.487	74,0%	5,6%
<i>Despesas de Capital</i>					
Projectos de Investimento	6.945.965	9,2%	3.582.152	4,3%	-48,4%
Total da actividade da AR	65.252.032	86,0%	65.126.639	78,3%	-0,2%
2. Subvenção para as campanhas eleitorais	1.670.973	2,2%	8.476.141	10,2%	407,3%
3. Financiamento das Entidades					
Corrente	8.401.527	11,1%	9.358.141	11,2%	11,4%
de Capital	537.764	0,7%	226.349	0,3%	-57,9%
Total do Financiamento das Entidades	8.939.291	11,8%	9.584.491	11,5%	7,2%
4. Total do OAR2002 (1+2+3)	75.862.296	100,0%	83.187.271	100,0%	9,7%

Com base nos elementos do quadro supra, constata-se que o decréscimo de 0,2% no orçamento da actividade da AR resultou fundamentalmente da forte desaceleração imprimida ao Investimento (- 48,4%), em consonância com os critérios de forte contenção orçamental.

Também no âmbito das Entidades Autónomas, o Investimento sofreu uma redução significativa (57,9%) quando comparado com o OAR2001 corrigido. Para este resultado contribuíram as transferências operadas no decurso do exercício de 2002, de parte ou da totalidade das dotações das rubricas de despesas capital para rubricas de despesas correntes, ajustando, desse modo, as disponibilidades orçamentais



existentes às necessidades de cada Entidade.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2002

Em 2002, os encargos assumidos atingiram os 78.816 10³Euros, traduzindo num grau de execução orçamental de aproximadamente 95%, o que corresponde a um saldo orçamental de 4.371 10³Euros (na óptica das disponibilidades).

Já em termos dos grandes agregados orçamentais, o indicador respeitante às despesas correntes situa-se igualmente em cerca de 95%, enquanto o relativo ao Investimento lhe é inferior (88%).

Quadro III SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

	<i>OAR2002 corrigido</i>	<i>Execução Orçamental</i>	
		<i>Euros</i>	<i>GR%</i>
DESPEAS CORRENTES	79.378.770	75.464.559	95,1%
DESPEAS DE CAPITAL	3.808.501	3.351.766	88,0%
TOTAL DAS DESPEAS	83.187.271	78.816.325	94,7%

A análise orçamental por actividades revela níveis de execução bastante diversos, com taxas que variam entre os 62% e os 100% (Quadro IV).

No agrupamento “Despesas Correntes”, o grau de execução orçamental atingido foi influenciado pelo comportamento das suas actividades mais representativas em termos relativos: as “Actividades Parlamentares” e as “Actividades de Apoio”, responsáveis, no seu conjunto, por 81% da despesa total.

Quadro IV
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ACTIVIDADES

Unid: Euro

	OAR2002 corrigido	Encargos assumidos		
		Euros	GR%	Distrib%
ACTIVIDADES PARLAMENTARES	46.413.360	44.312.927	95,5%	56,2%
ACTIVIDADES DE APOIO	20.509.736	19.453.882	94,9%	24,7%
ACTIVIDADE EDITORIAL	2.326.353	2.020.077	86,8%	2,6%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	771.180	477.982	62,0%	0,6%
FINANCIAMENTO DE ENTIDADES	9.358.141	9.199.691	98,3%	11,7%
OUTRAS ACTIVIDADES				
DESPESAS CORRENTES (1)	79.378.770	75.464.559	95,1%	95,7%
INVESTIMENTO	3.582.152	3.125.418	87,2%	4,0%
FINANCIAMENTO DE ENTIDADES	226.349	226.349	100,0%	0,3%
DESPESAS DE CAPITAL (2)	3.808.501	3.351.766	88,0%	4,3%
TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2)	83.187.271	78.816.325	94,7%	100,0%

Com uma execução mais fraca, tem-se a actividade relacionada com a Cooperação Interparlamentar, cuja taxa de utilização das dotações que lhe são afectas depende do escalonamento e ritmo de implementação dos projectos contemplados pelos protocolos de cooperação celebrados.

É nas componentes orçamentais relacionadas com as Entidades Autónomas, quer nas despesas correntes quer nas de capital, que se registam os mais elevados níveis de execução orçamental.

Por se considerar pertinente efectuar uma análise circunscrita às componentes orçamentais directamente relacionadas com a actividade específica da Assembleia da República, inclui-se no quadro a seguir um desdobramento dos elementos constantes do Quadro IV.

Quadro V
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ACTIVIDADES DESAGREGADA

Unid: Euro

	OAR2002 corrigido	Encargos assumidos		
	Euros	Euros	GR%	Distrib%
1. Actividade da AR				
<i>Despesas Correntes</i>				
Actividades Parlamentares (s/ Subvenção para as campanhas eleitorais)	37.937.219	35.839.907	94,5%	45,5%
Actividades de Apoio	20.509.736	19.453.882	94,9%	24,7%
Actividade Editorial	2.326.353	2.020.077	86,8%	2,6%
Cooperação Interparlamentar	771.180	477.982	62,0%	0,6%
Sub-Total	61.544.488	57.791.848	93,9%	73,3%
<i>Despesas de Capital</i>				
Projectos de Investimento	3.582.152	3.125.418	87,2%	4,0%
Total da actividade da AR	65.126.640	60.917.266	93,5%	77,3%
2. Subvenção para as campanhas eleitorais	8.476.141	8.473.020	100,0%	10,8%
3. Financiamento das Entidades				
Corrente	9.358.141	9.199.691	98,3%	11,7%
de Capital	226.349	226.349	100,0%	0,3%
Total do Financiamento das Entidades	9.584.490	9.426.039	98,3%	12,0%
4. Total do OAR2002 (1+2+3)	83.187.271	78.816.325	94,7%	100,0%

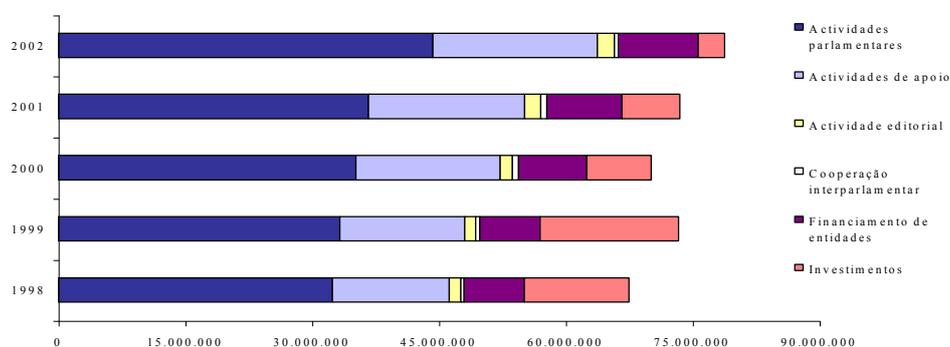
002, de 17 de Janeiro, que dissolve a AR e fixa a data de 17 de Março para a realização das eleições, tendo a primeira Sessão da IX Legislatura ocorrido em 5 de Abril. A esse período deve acrescer também as férias parlamentares que ocorreram entre 19 de Julho e 17 de Setembro.

Destaca-se que a análise à execução orçamental de 2002 prossegue tendo por referência a estrutura do Quadro IV, que inclui as subvenções para as campanhas eleitorais na componente “Actividades Parlamentares”, designadamente na sub-actividade “Outros encargos parlamentares”, onde nos termos do classificador da AR devem ser imputadas.

No Gráfico I ilustra-se a distribuição da despesa realizada, por actividades e no decurso dos últimos cinco anos. É notório o declínio que o peso relativo dos

encargos com investimento tem registado ao longo do tempo, em consequência directa das medidas de contenção orçamental implementadas nos exercícios mais recentes. Tendência inversa verifica-se com a “Actividade Editorial”, sobretudo a partir de 2000, na sequência da abertura da Livraria Parlamentar.

Gráfico I
ENCARGOS ASSUMIDOS (unid.: Euros)



A análise comparativa da despesa realizada em 2001 e 2002, evidenciada pelo Quadro VI, permite afirmar que as “Actividades Parlamentares” são o agrupamento que maior crescimento alcançou em termos da despesa assumida. Reitera-se que os encargos para a AR resultantes da antecipação de eleições legislativas determinaram um reforço da dotação relativa à “Subvenção estatal para as campanhas eleitorais” em 3.480.000 Euros, situando-a em 8.476.141 Euros.

Quadro VI
EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

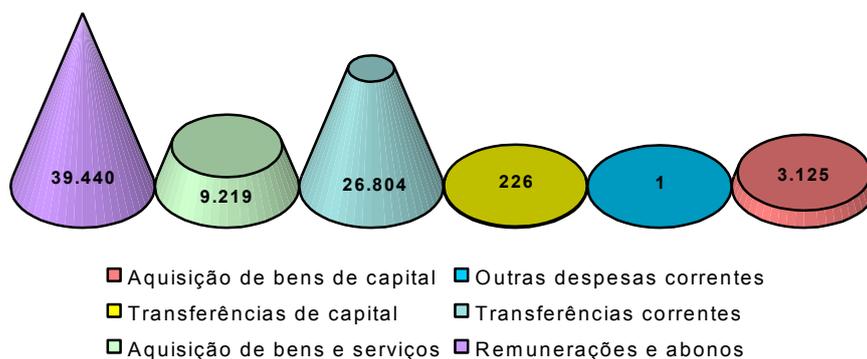
Unid: Euro

	2001	2002	Var%
ACTIVIDADES PARLAMENTARES	36.706.408	44.312.927	20,7%
ACTIVIDADES DE APOIO	18.479.659	19.453.882	5,3%
ACTIVIDADE EDITORIAL	1.881.531	2.020.077	7,4%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	708.253	477.982	-32,5%
FINANCIAMENTO DE ENTIDADES	8.909.718	9.426.039	5,8%
INVESTIMENTO	6.812.362	3.125.418	-54,1%
TOTAL DAS DESPESAS	73.497.930	78.816.325	7,2%

O Gráfico seguinte evidencia a representatividade dos diversos agrupamentos segundo as rubricas de classificação económica, onde os encargos com “Remunerações e Abonos”, no montante de 39.440 10³Euros, são por si só responsáveis por 50% da despesa globalmente realizada.

Gráfico II
DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA (10³Euros)

2002



ACTIVIDADES PARLAMENTARES

A Assembleia da República é um órgão de soberania, com competências políticas, legislativas e de fiscalização, nos termos da Constituição da República Portuguesa.

Em 2002, no âmbito da actividade parlamentar, deram entrada na Mesa da AR as seguintes iniciativas legislativas: 39 Propostas de Lei, 190 Projectos de Lei, 25 Propostas de Resolução, 74 Projectos de Resolução, 12 projectos de Deliberação e 43 apreciações parlamentares e foram aprovadas 2 Leis Orgânicas, 37 Leis, 64 Resoluções e 13 Deliberações.

Foram também dirigidos pelos Deputados 1617 Requerimentos ao Governo e 672 dirigidos à Administração Local. No mesmo ano foram dadas pelo Governo 1.204 respostas a requerimentos e 355 respostas pela Administração Local.

Realizaram-se 68 reuniões plenárias e 2 reuniões da Comissão Permanente. Também no âmbito da actividade parlamentar foram realizadas 34 Conferências dos representantes dos grupos parlamentares.

A actividade parlamentar originou a produção de Diários da AR, tendo resultado 73 números da I Série, 55 números da II Série-A, 26 números e 26 Suplementos da Série-B e 32 números da II Série-C. Tal actividade desenvolveu-se a partir da gravação de 3.463 cassetes áudio, gravadas ao longo de 289 horas, nas reuniões do Plenário da AR e nas reuniões das Comissões

Em termos globais, e como evidência o Quadro IV, as “Actividades Parlamentares” representam 56,2% dos encargos assumidos e um nível de execução de 95,5%. Regista-se no quadro seguinte a correspondente desagregação da despesa realizada pelas respectivas sub-actividades:

Quadro VII
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ACTIVIDADE PARLAMENTAR”

Unid: Euro

	OAR2002	Encargos Assumidos		
		Euros	GR %	Distrb %
<i>Presidente da Assembleia da República</i>	114.540	114.345	99,8%	0,3%
<i>Gabinete de Apoio ao PAR</i>	854.831	762.261	89,2%	1,7%
<i>Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários</i>	917.545	852.161	92,9%	1,9%
<i>Gabinetes de Apoio dos Vices</i>	245.780	228.448	92,9%	0,5%
<i>Conselho de Administração</i>	82.807	72.870	88,0%	0,2%
<i>Grupos Parlamentares</i>	814.428	812.530	99,8%	1,8%
<i>Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares</i>	5.671.279	5.651.311	99,6%	12,8%
<i>Comissões Parlamentares</i>	75.494	59.786	79,2%	0,1%
<i>Deputados</i>	17.968.416	16.510.583	91,9%	37,3%
<i>Parlamento Europeu</i>	1.177.296	1.169.516	99,3%	2,6%
<i>Comemorações do Aniversários do 25 de Abril</i>	8.093	7.994	98,8%	0,0%
<i>Deslocações em Território Nacional</i>	22.500	11.249	50,0%	0,0%
<i>Deslocações ao Estrangeiro</i>	1.230.303	1.050.801	85,4%	2,4%
<i>Deslocações ao Estrang. G. P. de Amizade</i>	5.000	2.600	52,0%	0,0%
<i>Recepção de Delegações e Entidades Oficiais</i>	547.439	346.908	63,4%	0,8%
<i>Parlamento das Crianças e dos Jovens</i>	13.500	7.686	56,9%	0,0%
<i>Outros Encargos Parlamentares</i>	16.664.108	16.651.875	99,9%	37,6%
TOTAL DAS DESPESAS	46.413.360	44.312.927	95,5%	100,0%

O Quadro VII permite avaliar a estrutura dos encargos assumidos por cada uma das dezassete sub-actividades que integram as “Actividades Parlamentares” e o respectivo grau de execução orçamental, sendo possível concluir que 87,7% do total das despesas correspondem às seguintes componentes:

- “Deputados” – que integra as despesas com as respectivas componentes remuneratórias;
- “Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares” – onde se registam as remunerações pagas ao pessoal destes Gabinetes;

- “Outros encargos parlamentares” – onde se contabilizam os encargos com as subvenções aos partidos políticos representados na AR, as subvenções para as campanhas eleitorais e as quotizações respeitantes às organizações internacionais que a AR integra.

A evolução dos encargos assumidos com as “Actividades Parlamentares” consta do Quadro VIII.

Quadro VIII
EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ACTIVIDADE PARLAMENTAR”

Unid: Euro

	2001	2002	Var%
<i>Presidente da Assembleia da República</i>	100.977	114.345	13,2%
<i>Gabinete de Apoio ao PAR</i>	916.801	762.261	-16,9%
<i>Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários</i>	875.166	852.161	-2,6%
<i>Gabinetes de Apoio dos Vices</i>	259.220	228.448	-11,9%
<i>Conselho de Administração</i>	82.975	72.870	-12,2%
<i>Grupos Parlamentares</i>	778.713	812.530	4,3%
<i>Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares</i>	5.363.120	5.651.311	5,4%
<i>Comissões Parlamentares</i>	71.577	59.786	-16,5%
<i>Deputados</i>	15.978.641	16.510.583	3,3%
<i>Parlamento Europeu</i>	1.128.166	1.169.516	3,7%
<i>Comemorações do Aniversários do 25 de Abril</i>	5.636	7.994	41,8%
<i>Deslocações em Território Nacional</i>	18.855	11.249	-40,3%
<i>Deslocações ao Estrangeiro</i>	1.159.331	1.050.801	-9,4%
<i>Deslocações ao Estrang. G. P. de Amizade</i>	3.162	2.600	-17,8%
<i>Recepção de Delegações e Entidades Oficiais</i>	498.409	346.908	-30,4%
<i>Parlamento das Crianças e dos Jovens</i>	6.065	7.686	26,7%
<i>Outros Encargos Parlamentares</i>	9.459.587	16.651.875	76,0%
TOTAL DAS DESPESAS	36.706.403	44.312.927	20,7%

A variação de 76,0% registada na sub-actividade “Outros encargos parlamentares”, enquanto factor preponderante na estrutura da despesa do conjunto da “Actividade Parlamentar”, influencia significativamente o crescimento de 20,7% por esta apresentado.

Com evoluções ainda crescentes mas de menor expressão referem-se, entre outras, as seguintes sub-actividades:

- “Presidente da AR” – por se ter incluído o subsídio atribuído nos termos do art.º 33º da Lei nº 4/85, de 4 de Setembro, no período de Abril a Dezembro, sendo devido até à conclusão da residência oficial;
- “Parlamento das Crianças e dos Jovens” – projecto cuja reformulação gestonária teve de considerar a contratação em regime de avença, a partir de 1 de Setembro de 2002 e por um período de dez meses, de uma consultora;
- “Comemorações do Aniversário do 25 de Abril” – o acréscimo verificado resultou sobretudo da correcta imputação de encargos, que em alguns casos vinham sendo imputados a “Despesas de Funcionamento” das “Actividades de Apoio”.

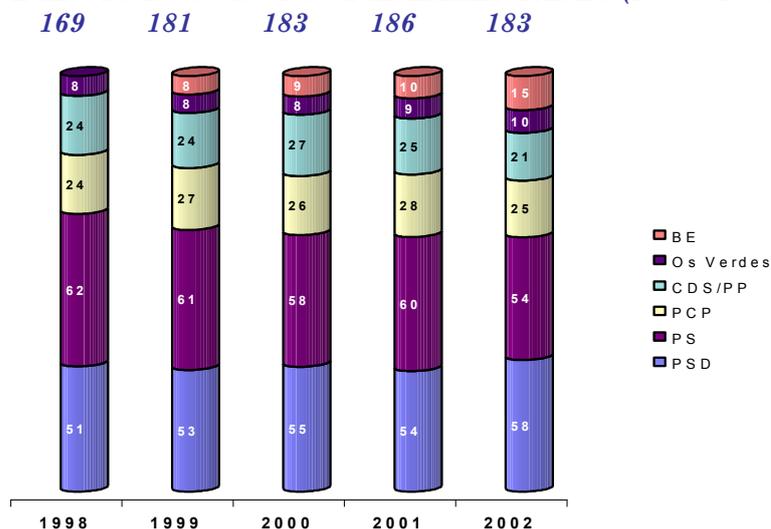
Por outro lado, a evolução negativa dos encargos ocorridos em algumas das componentes estruturantes da “Actividade Parlamentar” resulta da redução dessa actividade durante o período da campanha eleitoral para as eleições legislativas.

O decréscimo registado na despesa com o “Gabinete de Apoio ao PAR” resultou da redução do seu *staff*.

GABINETES DE APOIO DOS GRUPOS PARLAMENTARES

A evolução do número de funcionários por Grupo Parlamentar, nos últimos cinco anos, é apresentado no gráfico seguinte:

Gráfico III
GABINETES DE APOIO DOS GRUPOS PARLAMENTARES (N.º de Funcionários)



A gestão das verbas afectas, nos termos do artigo 62º da LOAR, é da responsabilidade dos Grupos Parlamentares, destinando-se a suportar os vencimentos e demais abonos do pessoal que integra os seus Gabinetes de Apoio.

COMISSÕES PARLAMENTARES

No ano 2002, no seu conjunto, as Comissões Parlamentares efectuaram 530 reuniões, 139 das quais contaram com a presença de Membros do Governo. Foram igualmente concedidas 156 audiências e promovidas 228 audições parlamentares.

Realça-se que, em 2002, as Comissões Parlamentares funcionaram até ao dia 23 de Janeiro (última reunião realizada na VIII Legislatura) e recomeçaram os trabalhos no dia 2 de Maio (data em que tomaram posse, após o início da IX Legislatura).

As verbas dispendidas nesta sub-actividade correspondem apenas a despesas de representação processadas aos Presidentes das Comissões Parlamentares. No início da IX Legislatura procedeu-se à redefinição das Comissões Permanentes, tendo o seu número sido reduzido de catorze para onze e as competências das Comissões extintas sido transferidas para as actuais. Por tal razão, os encargos realizados com esta sub-

actividade sofreram, relativamente a 2001 uma redução de 16,5%.

Em 2002 funcionaram as seguintes comissões parlamentares:

- **Comissões Especializadas Permanentes**

1ª - "Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias";

2ª - "Assuntos Europeus e Política Externa";

3ª - "Defesa Nacional";

4ª - " Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente";

5ª - Economia e Finanças";

6ª - "Execução Orçamental";

7ª - Educação, Ciência e Cultura";

8ª - "Trabalho e Assuntos Sociais";

9ª - "Obras Públicas, Transportes e Comunicações";

10ª - "Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas";

11ª - "Ética".

- **Comissões Eventuais:**

- "Reforma do Sistema Político";

- "Análise e Fiscalização dos Recursos Públicos Envolvidos na Organização do EURO 2004".

Funcionaram ainda na dependência da AR, diversas Comissões de Inquérito Parlamentar, designadamente à "Tragédia de Camarate" e "às Obras do Metropolitano do Terreiro do Paço, em Lisboa".

DEPUTADOS

Na sub-actividade “Deputados” as despesas assumidas totalizaram 16.511 10³Euros, mais 3,3% que no período homólogo. Este crescimento corresponde ao impacto do pagamento de subsídio de reintegração (1.083 10³Euros) a sessenta e oito ex-Deputados, relacionado com a transição da Legislatura ocorrida durante 2002, na sequência da realização de eleições legislativas antecipadas.

DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO

No domínio das **Organizações Internacionais** das quais Portugal é Estado membro e no âmbito das relações com outros parlamentos nacionais, a Assembleia da República participou, por intermédio das suas representações permanentes e/ou extraordinárias, nas seguintes reuniões internacionais, com deslocações asseguradas pelos Serviços:

No âmbito da **União Interparlamentar (UIP)** realizaram-se 15 deslocações, cinco das quais para participar na 107^a. Conferência Interparlamentar, três na Reunião da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos, duas na Reunião Parlamentar por ocasião da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Duradouro, duas na Reunião dos Parlamentares da UIP, na 57^a Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, uma na 5^a Reunião de parlamentares e estudiosos dos Parlamentos e ainda duas no Grupo dos 12+ e 2^a Conferência Anual da União Interparlamentar.

No âmbito da **Assembleia Parlamentar da NATO** ocorreram 42 deslocações para participar nas Comissões de Defesa e Segurança, de Economia e Segurança, da Dimensão Civil da Segurança, Comissão Política, Comissão Permanente, bem como nas Subcomissões para a Proliferação das Tecnologias Militares, para a Governação Democrática, para a Cooperação Transatlântica em Matéria de Defesa e Segurança, Reunião conjunta da Subcomissão para as Relações Transatlânticas, Sessão da Primavera, Grupo Especial do Mediterrâneo, Seminário “Rose-Roth”, Viagem Anual da Assembleia Parlamentar da NATO, 48^a. Sessão Anual da Assembleia Parlamentar da NATO e no Fórum Parlamentar Transatlântico.

No quadro da Delegação da **Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE)**, efectuaram-se 64 deslocações para assegurar a participação nas respectivas sessões ordinárias (30), comissões (28), subcomissões (5) e colóquios (1).

No contexto da Delegação da Assembleia Parlamentar da **Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)**, realizaram-se 29 deslocações, seis das quais para assegurar a Sessão de Inverno (Viena), quatro na Conferência Parlamentar sobre o Pacto de Estabilidade no Sudeste Europeu (Bucareste), oito na 11ª Sessão Anual (Berlim), duas na Reunião do Grupo de Trabalho do Mediterrâneo (Limassol), duas na Missão de Observação das Eleições na Antiga República Jugoslava na Macedónia (Skopje), seis na Conferência Parlamentar sobre o Mediterrâneo (Madrid) e uma Visita à Missão da OSCE no Azerbaijão (Baku).

No âmbito da Delegação da Assembleia Parlamentar da **União da Europa Ocidental (UEO)**, efectuaram-se 44 deslocações visando a participação na 1ª e 2ª Partes da 48ª Sessão Ordinária da Assembleia da UEO (Plenária), nas reuniões da “Comissão Política”, “Comissão de Defesa”, “Comissão Técnica e Aeroespacial”, “Comissão dos Assuntos Orçamentais” e “Convenção sobre o Futuro da Europa”, bem como no Comité de Presidentes.

Finalmente, no domínio da **União Europeia** participou-se em 32 reuniões no âmbito da Convenção sobre o Futuro da Europa e realizaram-se ainda as seguintes deslocações:

Convenção Europeia para preparação do debate sobre “o Futuro da U.E. para a CIG 2004” (Bruxelas) -3

XXVI COSAC (Madrid) -6

Reunião da Associação dos Parlamentos Euromediterrânicos Marsala (Sicília) -2

4º Fórum Internacional – Parlamentos e Poderes (Panamá) -1

Reunião da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu (Bruxelas) -1

Reunião da Comissão de Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu (Bruxelas) -3

Reunião de Presidentes das Comissões de Negócios Estrangeiros dos Países da União Europeia (Madrid) -1

Reunião da Comissão dos Assuntos Jurídicos e de Mercado Interno no Parlamento Europeu (Bruxelas) -2

Reunião Conjunta das Comissões de Negócios Estrangeiros e Defesa dos Parlamentos da U.E. e P.E. (Bruxelas) -4

Reunião da Comissão de Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu (Bruxelas) -2

Reunião com a Comissão de Alimentação, Agricultura e Pescas do Parlamento Dinamarquês (Copenhaga) -2

Reunião de Presidentes das Comissões de Negócios Estrangeiros dos Países da União Europeia (Copenhaga) -1

Reunião de Presidentes das Comissões de Negócios Estrangeiros dos Países da União Europeia e Países Candidatos (Copenhaga) -1

Reunião da Comissão de Execução Orçamental da Assembleia da República com a Comissão de Controlo Orçamental do Parlamento Europeu (Bruxelas) -6

Reunião dos Presidentes das Comissões de Defesa dos Estados Membros da União Europeia (Atenas) -1

Grupo de Trabalho de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus dos Parlamentos da União Europeia e Parlamento Europeu (Copenhaga) -1

Grupo de Trabalho de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus dos Parlamentos da União Europeia e Parlamento Europeu (Copenhaga) -1

Por seu turno, o **Presidente da Assembleia da República** deslocou-se em visita oficial a Cabo Verde, Espanha, Hungria e Itália e participou nos seguintes eventos internacionais:

- Conferência Parlamentar contra o Branqueamento de Capitais (Paris);
- 3ª Conferência dos Presidentes dos Parlamentos Euro-Mediterrânicos (Atenas);
- Conferência dos Presidentes das Assembleias Parlamentares Europeias (Zagreb);
- Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia (Madrid);
- 3º Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa (Praia);
- Reunião da Assembleia Parlamentar da UEO (Paris);

Constam do quadro seguinte alguns indicadores relativos a deslocações ao estrangeiro cuja contabilização se encontra distribuída por várias actividades.

Quadro IX

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO

	Unid: Euro				
	1998	1999	2000	2001	2002
<i>Nº de Deslocações</i>	396	374	490	428	454
<i>Despesa assumida</i>	937.740	887.860	1.326.802	1.421.574	1.248.930
<i>Despesa/Deslocação</i>	2.368	2.374	2.708	3.321	2.751

RECEPÇÃO DE DELEGAÇÕES E ENTIDADES OFICIAIS

A dinamização e acompanhamento das relações externas da Assembleia da República, nos planos nacional e internacional, é assegurada pelos Serviços da Assembleia da República.

Assim, no **plano das relações externas**, para além do apoio a algumas iniciativas, assegurou-se a organização de reuniões e conferências promovidas pelas Comissões Parlamentares ou por entidades exteriores com o patrocínio da Assembleia da República, nomeadamente:

- Sessão Comemorativa da Criação da Comissão Nacional do Ambiente “30 Anos de Ambiente em Portugal”;
- Hemiciclo – Jogo da Cidadania do Instituto Português da Juventude;
- Congresso da CNAF “Família. No Terceiro Milénio, Sempre”;
- Observatório do Ambiente – Debate sobre “Estratégia do Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade, Ética e Ambiente”;
- Reunião dos Provedores de Justiça;
- Colóquio subordinado ao tema “Diplomacia – Retratos, Cerimónias e Práticas”, patrocinado pelo Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa;
- VII Congresso Anual da Federação Ibero-Americana de Ombudsman;

- Convenção dos Jovens Portugueses sobre o Futuro da Europa;
- Seminário sobre “Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais”, da iniciativa da Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho;
- Audição Pública sobre a Proposta de Lei nº 29/IX que “Aprova o Código do Trabalho”, da Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais;
- Audição Pública promovida pela Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus e Política Externa sobre a Ajuda Humanitária a Angola;

Paralelamente foram organizadas **Sessões Solenes, Cerimónias ou Conferências** das quais se destacam:

- Sessão Solene Comemorativa da 28º Aniversário do "25 de Abril" e da Abertura da IX Legislatura;
- Cerimónia que assinala a Independência de Timor Leste;
- Cerimónia de Inauguração do Busto do Presidente da Assembleia Constituinte, Prof. Doutor Henriques de Barros;
- Conferência organizada pelo Presidente da Assembleia da República com o Prof. Gianfranco Pasquino;
- Cerimónia de Entrega do Prémio dos Direitos Humanos 2002;
- Cerimónia do Descerramento do retrato do ex-Presidente, Dr. Almeida Santos.

No **plano das relações internacionais bilaterais** salientam-se as seguintes cerimónias e visitas:

- Visita da Presidente do Senado da Austrália, Senadora Margaret Reid;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República do Mali, Alpha Oumar Konaré;
- Visita de trabalho de uma Delegação da Suécia, presidida pela Presidente do

Parlamento Sueco, Brigitta Dahl;

- Visita do Presidente da Assembleia Constituinte de Timor-Leste, Senhor Francisco Guterres “Lú Olo”;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República de Cabo-Verde, Comandante Pedro Pires;
- Visita de uma delegação do Grupo Parlamentar de Amizade Kuwait-Portugal;
- Visita do Presidente da Assembleia da UEO, Senhor Klaus Buhler;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República da Hungria, Senhor Ferenc Mádl;
- Visita do Presidente do Parlamento de Chipre, Demetris Christofias;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República de Timor, Comandante Kay Rala Xanana Gusmão.
- Cerimónia de Boas-Vindas à Presidente da Irlanda;
- Visita da Ministra dos Negócios Estrangeiros da República da África do Sul ao Presidente da Assembleia da República e à Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa;
- Visita Oficial do Presidente do Parlamento Nacional da República Democrática de Timor-Leste, Senhor Francisco Guterres “Lú-Olo”;
- Visita do Presidente da Assembleia da República de Moçambique, Dr. Joaquim Mulémbwé;
- Visita do Presidente da Câmara dos Representantes do Congresso dos Estados Unidos da América, Senhor Dennis Hastert.

No **plano multilateral**, a Assembleia da República organizou:

- Seminário sobre “Segurança no Mediterrâneo Ocidental da Assembleia da

União da Europa Ocidental”;

- Visita do Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Senhor Peter Schieder;
- Reunião da Subcomissão para as Relações Económicas Transatlânticas;
- Reunião do Curso do Colégio de Defesa da NATO com a Comissão de Defesa Nacional;
- Encontro do Comissário Europeu para a Agricultura, Sr. Fischler.

Para além das citadas realizações que concretizam o objectivo de abertura e relacionamento da AR com as várias entidades oficiais, um outro existe orientado para a abertura do Parlamento aos cidadãos. É pois neste domínio que se procede à divulgação das actividades desenvolvidas através do **Boletim Informativo**, com destaque para a “Ordem do Dia” das Sessões Plenárias, os agendamentos futuros, bem como para a actividade das Comissões.

Trata-se de informação editada em papel (66 Boletins Informativos, em 2002, com uma tiragem média de 550 por Reunião Plenária) e cujo conteúdo é igualmente difundido através da ARNet e da Internet, no site da Assembleia da República.

Ainda com o objectivo de dar a conhecer o Parlamento, organizaram-se 335 visitas à Assembleia da República, as quais envolveram 14.015 pessoas, sendo a sua maioria visitas de estudo para os alunos dos diversos graus de ensino. Viabilizou-se, igualmente, a assistência às sessões plenárias, a 10.961 pessoas.

OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES

Para o esforço financeiro adicional de 7.192 10³Euros verificado nesta sub-actividade relativamente a 2001, foram determinantes:

- o crescimento de 5,1% relativamente aos encargos suportados com a “Subvenção aos Partidos Políticos” representados na AR, ou seja, 398.103

Euros.

- o crescimento das “Subvenções para as campanhas eleitorais” decorrente da realização das eleições autárquicas em Dezembro de 2001, mas cujo processamento se operou no início do ano seguinte e, ainda, da realização das eleições legislativas antecipadas de Março de 2002. Tais factos induziram a um acréscimo dos encargos com esta rubrica, que passou de 1.671 10³Euros em 2001, para 8.473 10³Euros no ano de 2002.

ACTIVIDADES DE APOIO

As actividades de apoio corresponderam, em 2002, a 24,7% do total das despesas assumidas (correntes e de capital), destacando-se de entre elas a sub-actividade “Serviços da Assembleia da República” como a mais representativa na estrutura de despesa, com 62,5% do conjunto dos encargos assumidos ao nível do respectivo agrupamento (Quadro X).

Na componente “Serviços da AR” registam-se contabilisticamente as despesas com remunerações e demais abonos relativos ao pessoal. Adiante apresenta-se a caracterização dos recursos humanos afectos aos Serviços.

Quadro X

ENCARGOS COM AS “ACTIVIDADES DE APOIO”

Unid: Euro

	OAR2002 corrigido	Encargos assumidos		
		Euros	GR%	Distrib%
<i>Serviços da Assembleia da República</i>	12.538.899	12.153.461	96,9%	62,5%
<i>Serviços de Apoio ao Secretário-Geral</i>	276.986	263.565	95,2%	1,4%
<i>Formação de Pessoal</i>	158.094	85.279	53,9%	0,4%
<i>Acção Social</i>	1.251.142	1.140.187	91,1%	5,9%
<i>Despesas de Funcionamento</i>	6.196.877	5.732.280	92,5%	29,5%
<i>Gabinete Médico</i>	87.738	79.109	90,2%	0,4%
Total	20.509.736	19.453.882	94,9%	100,0%

O crescimento de 5,3% dos encargos assumidos com as Actividades de Apoio reflectida no Quadro XI explica-se, essencialmente, pela evolução registada no domínio da gestão do pessoal e nos encargos com a Acção Social (ADSE e SSMJ), considerando que nas demais sub-actividades foram registados esforços de redução financeira.

Quadro XI

EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM AS “ACTIVIDADES DE APOIO”

Unid: Euro

	2001	2002	Var%
<i>Serviços da Assembleia da República</i>	11.081.723	12.153.461	9,7%
<i>Serviços de Apoio ao Secretário-Geral</i>	275.845	263.565	-4,5%
<i>Formação de Pessoal</i>	144.332	85.279	-40,9%
<i>Acção Social</i>	968.252	1.140.187	17,8%
<i>Despesas de Funcionamento</i>	6.009.512	5.732.280	-4,6%
<i>Gabinete Médico (a)</i>		79.109	100,0%
Total	18.479.664	19.453.882	5,3%

(a) Em 2001 as Despesas com o Gabinete Médico não se encontravam ainda autonomizadas em sub-actividade própria

GESTÃO DAS ACTIVIDADES DE APOIO

A gestão das várias actividades de apoio durante o ano de 2002 orientou-se por critérios de eficiência e eficácia num quadro de contenção orçamental, assegurando a evolução das metodologias de trabalho e o incremento qualitativo das áreas técnicas cujo desempenho contribui para o conjunto das actividades.

Foram assim introduzidas melhorias nos **instrumentos de controlo de gestão**, tendo-se procedido à identificação e distribuição dos bens de consumo correntes em duas grandes áreas - os consumíveis de escritório e os consumíveis de informática – e, paralelamente, agilizou-se a preparação da sua respectiva aquisição, através da contratação anual apenas a um fornecedor. Com este procedimento actuou-se no sentido de racionalizar os mecanismos internos de aquisição, simplificando-os e acelerando-os, diminuindo as tarefas dos Serviços responsáveis, com respeito pelas normas legais.

Com vista a aperfeiçoar a gestão interna dos pedidos de material, foi implantada a

aplicação informática de gestão das requisições, automatizando-se assim os processos interdepartamentais e reduzindo substancialmente os procedimentos internos a eles inerentes.

Ainda nesta óptica, desenvolveu-se a negociação da ligação das **comunicações móveis** ao operador Optimus. Com a referida ligação, a Assembleia da República conseguiu uma redução significativa dos gastos em comunicações móveis para aquela rede, na ordem dos 30%.

Mereceu ainda particular atenção, o processo de **actualização do inventário** dos bens do Palácio de São Bento e do Edifício Novo, na sequência das numerosas alterações de gabinetes ocorridas no início da IX Legislatura.

Para além desta medidas, prosseguiu-se com novos desenvolvimentos e melhorias nos sistemas de suporte à actividade parlamentar, nos termos que a seguir se referem.

Assim, no domínio dos **sistemas de informação parlamentar** destaca-se a conclusão da nova Intranet, enquanto sistema de informação documental e informação dinâmica resultante de pesquisas em outros sistemas de bases de dados (PLC, SIBAR, Bases Bibliográficas e de Arquivo, e ainda, STOCKS).

A evolução verificada durante o ano de 2002, na referida Intranet e demais sistemas de gestão integrada de informação parlamentar, designadamente a Base de Dados do Processo Legislativo (PLC) e o Sistema Debates Parlamentares, permitiu melhorar significativamente a qualidade da informação prestada pelos Serviços e reduzir o tempo médio de resposta aos pedidos, que ascenderam a 6.500.

Importa realçar que durante 2002 o Sistema Debates Parlamentares registou uma evolução significativa, tendo sido concluída a introdução de texto e imagem de todos os Diários da Assembleia Constituinte e da Assembleia da República - 1ª Série (1935-2002) e os relativos ao período da Monarquia Constitucional de 1821 a 1822. No mês de Novembro de 2002, deu-se início à disponibilização dos Diários

da Assembleia da República (DAR) - 2ª Série, na Intranet e na Internet (imagens e textos da VIII e IX Legislaturas).

No domínio do tratamento e difusão da legislação nacional, com vista a dar resposta aos pedidos de informação e elaborar os dossiers temáticos, foram utilizadas as seguintes bases de dados de jurisprudência e legislação nacional:

- Diários da República 1ª Série - Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM);
- DIGESTO - Presidência do Conselho de Ministros;
- CELEX - Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça;
- LEGIX – Priberam Informática, S.A.

Para além destas bases de dados, procedeu-se à assinatura, em 2002, do serviço de Buscas nos Diários da República Electrónico, fornecido pela INCM.

No ano 2002 foram editados ou actualizados os seguintes dossiers temáticos e de legislação comparada: Defesa Nacional e Forças Armadas; Autarquias Locais; Decretos, Vetos, Mensagens do PR e Leis; Arrendamento Urbano, Incompatibilidades dos Deputados e dos titulares dos cargos políticos e altos cargos públicos e taxa Tobin.

No quadro da **difusão da informação legislativa e parlamentar estrangeira** durante o ano 2002, a resposta aos pedidos apresentados e a elaboração dos dossiers de legislação comparada processou-se através da consulta das seguintes bases de dados de jurisprudência e legislação estrangeira, via Internet: BOE – base de dados de jurisprudência e legislação espanhola; JURIFRANCE - base de dados de jurisprudência e legislação francesa; Ispolitel/Guritel - base de dados de jurisprudência e legislação italiana; Moniteur Belge - base de dados de jurisprudência e legislação belga e CELEX - base de dados de jurisprudência e legislação da União Europeia.

Releva igualmente como importante actividade de apoio na área da documentação

e informação a reforma do **sistema geral de arquivos**.

Assim, no domínio do tratamento técnico da documentação, designadamente no que se refere à descrição de documentos, procedeu-se durante 2002 à migração da base de dados existente em Access, para uma base de dados desenvolvida em parceria com a Universidade de Aveiro. Assim, foi concebida uma base de dados de descrição arquivística baseada nas Regras Internacionais de Descrição Arquivística (ISAD G), tendo os 5.000 registos existentes na anterior base sido migrados para as respectivas folhas de recolha. Foi dada prioridade à descrição de processos da Câmara dos Deputados da 1ª República e da Assembleia Nacional (Estado Novo).

No âmbito do arquivo intermédio, foi elaborado e proposto um novo Regulamento Geral do Arquivo.

Quanto ao projecto de reformulação dos arquivos correntes da AR, foram desenvolvidos e aprovados em Conselho de Administração os regulamentos arquivísticos referentes a diversos Serviços da AR.

Foram igualmente normalizadas as principais tipologias documentais na AR, tendo sido propostos e aprovados os vários modelos de documentos a elaborar para todos os Serviços.

Procedeu-se também ao estudo e implementação de um sistema integrado de gestão de informação documental (normalização de registos de entrada e saída de documentação, bem como de movimento de processos), disponível através da Intranet, para todos os serviços da AR.

Durante o ano de 2002 e com o objectivo de enriquecer o **espólio fotográfico** da AR, foram adquiridas por compra, incorporação e oferta, 2.050 imagens. Para a sua descrição foi concebida uma base de dados em parceria com a Universidade de Aveiro, a qual já se encontra em funcionamento. Foram ainda acondicionados em

material *acid free* e cotadas, 3.000 imagens, tendo sido digitalizadas um total de 1.819.

Com o objectivo de preparar o funcionamento do futuro **arquivo audiovisual**, procedeu-se à aquisição de equipamento e material necessário ao visionamento e acondicionamento dos documentos audiovisuais.

Tendo por finalidade a criação nos depósitos do arquivo de uma área de preservação, higienização e acondicionamento de documentos, foram feitas obras e criado um pequeno **Gabinete de Higienização de Documentos**, para o qual se adquiriu mobiliário e equipamento próprios.

Durante o ano de 2002, foram microfilmadas colecções de Diários das Sessões da Assembleia Nacional (1935-1974), de Actas da Câmara Corporativa (1935-1974), de Diários da Câmara dos Deputados (1821-1922), Diários da Câmara dos Pares do Reino (1826-1910), Diário do Senado (1911-1926), para além da documentação produzida pela Divisão de Gestão Financeira, o que fez um total aproximado de 500.000 fotogramas.

Destas colecções, foram digitalizadas e encontram-se já disponíveis *on line*, as Sessões da Assembleia Nacional, as Actas da Câmara Corporativa, e uma pequena parte do Diário da Câmara dos Deputados (1821-1822).

Com o objectivo de divulgar os fundos documentais arquivísticos da AR, deu-se início, em Junho de 2002, à elaboração de um Boletim Informativo especialmente destinado a estudantes e professores universitários, seus potenciais utilizadores.

Foram ainda desenvolvidos textos de apoio à base de dados dos Debates Parlamentares, tendo sido elaborados quatro textos relativos aos períodos históricos e quinze relativos às várias instituições parlamentares. Nesta base de dados e nos períodos históricos que vão desde a Monarquia Constitucional ao Estado Novo, foram feitas as seguintes pesquisas:

Quadro XII

PESQUISAS NA BASE DE DADOS “DEBATES PARLAMENTARES” – utilizadores internos

Utilizadores Internos (AR)	Diário das Sessões da Assembleia Nacional (1933-1974)	Actas da Câmara Corporativa (1933-1974)	Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (1821-1822)
Pesquisa texto livre	401	30	2
Pesquisa entre datas	17	2	-
Pesquisa por Diário	204	9	11
Visualização Texto	3.255	22	95
Visualização Imagem	10	2	15
Impressões	35	-	-

Quadro XIII

PESQUISAS NA BASE DE DADOS “DEBATES PARLAMENTARES” – utilizadores externos

Utilizadores Externos (Acesso via internet)	Diário das Sessões da Assembleia Nacional (1933-1974)	Actas da Câmara Corporativa (1933-1974)	Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (1821-1822)
Pesquisa texto livre	1.986	580	235
Pesquisa entre datas	1.315	81	-
Pesquisa por Diário	1.383	186	588
Visualização Texto	20.651	1.358	2.792
Visualização Imagem	2.086	16	68
Impressões	-	2	2

No âmbito do protocolo com a Universidade de Aveiro, foi concebido e desenvolvido um site do arquivo histórico e parlamentar, para acesso futuro via

página do parlamento. Nesta página, disponível apenas via Intranet desde Dezembro de 2002, estão contidas informações várias sobre os serviços e conteúdos existentes no arquivo.

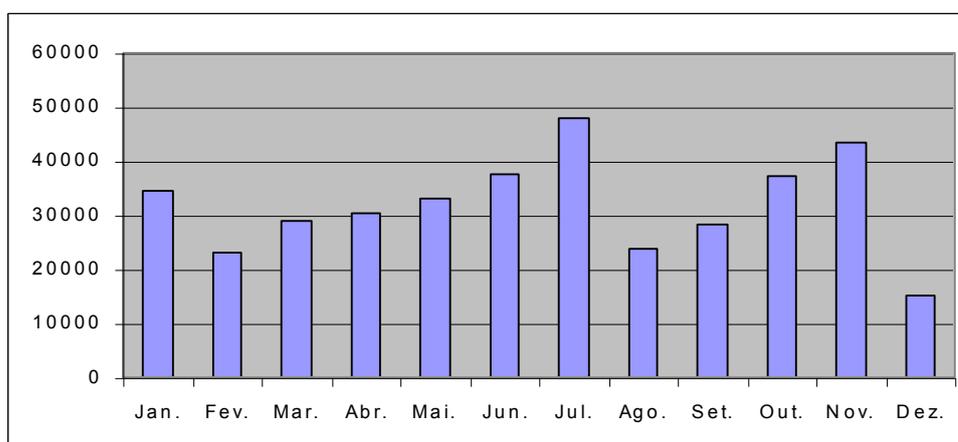
Ao nível da **informação científica e técnica**, importa referir o reforço das aquisições de publicações especializadas dedicadas ao apoio dos trabalhos parlamentares, tendo sido adquiridos 2.429 títulos de monografias e efectuadas as renovações de várias centenas de títulos de publicações periódicas.

Concluiu-se o processo de conversão retrospectiva dos fundos bibliográficos não tratados de publicações desde 1491 até 1989, o que permitiu registar e inventariar no sistema Aleph a totalidade das publicações da Assembleia da República, que no final de 2002 tinha 93.430 registos bibliográficos e 137.281 volumes inventariados.

Além da difusão interna, esta informação é disponibilizada na Internet, através do site oficial da AR, tendo o sistema registado os seguintes acessos, via Web, ao catálogo da biblioteca:

Gráfico IV

NÚMERO DE ACESSOS AO CATÁLOGO DA BIBLIOTECA NO SITE DA AR



Por outro lado, durante 2002 foram ainda desenvolvidas acções de modo a facultar e facilitar o acesso à informação científica, técnica e legislativa, a todos os

utilizadores internos da Assembleia da República através da nova aplicação da Intranet, de que se destacam os seguintes serviços:

- renovação de um serviço de gestão de informação de imprensa que permite a consulta *on line* a notícias seleccionadas de todos os jornais diários e semanários de distribuição nacional, revistas de conteúdo geral, bem como, as de natureza económica e/ou política de grande tiragem e os principais jornais regionais dos Açores e Madeira. Durante o ano de 2002 foram seleccionadas cerca de 170.000 notícias, que ficam a incorporar a memória documental desde 1999.
- assinatura anual de um serviço de acesso ao Diário da República electrónico, que permite a consulta, visualização e impressão de todos os textos da I Série desde 1970, dos Actos da Administração Pública da II Série desde 2000, e dos Concursos Públicos da III Série.
- assinatura anual de um serviço de informação estatística do INE, que permite a consulta de toda a informação disponível, mesmo a não publicada.

Ainda durante o ano de 2002, produziu-se e disponibilizou-se na Intranet um conjunto significativo de documentos electrónicos para apoio aos trabalhos parlamentares, de que se destacam os cadernos "Debate sobre o futuro da União Europeia" e "Descentralização", além de portais de informação seleccionada para apoio às Comissões Parlamentares.

No **domínio museológico**, com vista à instalação do futuro Museu da AR procedeu-se ao levantamento e pesquisa sistemática das iconográficas e documentais, manuscritas e impressas, num total de 100.703 documentos, dispersos pelos Arquivos da D.G.E.M.N., A.H.M.O.P., Torre do Tombo, Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico Parlamentar, que irão permitir desenvolver uma base de dados sobre o edifício desde a sua fundação (1598) à instalação das Cortes (1834) e às

sucessivas intervenções arquitectónicas que se realizaram com vista à adaptação do Convento de S. Bento a sede do Parlamento.

Dessa investigação resultaram também importantes informações sobre o mobiliário, as colecções e as decorações de interiores do Convento e do Palácio em diversas épocas, bem como sobre os seus autores e artífices, que se revelam muito importantes para o estudo das Artes Decorativas Religiosas e Civas, constituindo um enorme enriquecimento para o Inventário das Colecções.

Finalmente, no que se refere à **componente audiovisual**, importa salientar que o Canal Parlamento emitiu um total de 950 horas, no ano 2002 e exigiu evoluções tecnológicas que serão referidas no capítulo relativo a Investimentos.

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

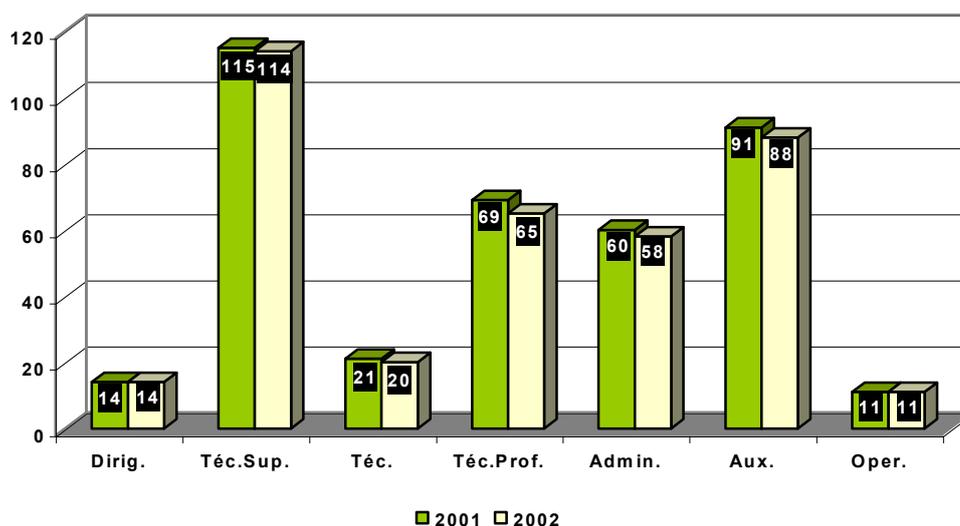
Embora mantendo e procurando seguir os princípios orientadores da estratégia definida em matéria de recursos humanos, cujos objectivos visam essencialmente a melhoria das competências, a eficácia e a eficiência dos Serviços, a gestão de recursos humanos pautou-se por critérios de contenção que se reforçaram particularmente durante o segundo semestre do ano de 2002, na sequência das restrições orçamentais impostas, procedendo-se apenas à **abertura de concursos de ingresso**, com vista ao reforço dos efectivos ao nível de pessoal técnico superior e técnico profissional nas áreas de biblioteca e documentação, relações internacionais e informática, e de **concursos de acesso**, associados à normal evolução nas carreiras, nas seguintes áreas:

- Audiovisual;
- Economia;
- Gestão e administração pública;
- Jurídica;
- Redacção.

Na sequência da actividade concursal, em sede de recrutamento e selecção de pessoal, resultou a admissão de 8 funcionários, que representam 2,2% do total dos efectivos e a promoção profissional de 10,5% dos efectivos, distribuídos pelos grupos profissionais técnico superior e técnico-profissional. Do total dos funcionários admitidos, apenas um provém de organismos da Administração Pública por via dos mecanismos de mobilidade vigentes.

Registou-se também, em relação ao ano anterior, uma **redução dos efectivos**, que se reflectiu em todos os grupos profissionais, à excepção dos grupos de dirigente e operário, resultante da aposentação e falecimento de funcionários, passando assim a AR a contar no final de 2002 com 370 funcionários em efectividade de funções, quando no termo do exercício de 2001 existiam 381 funcionários, o que corresponde a um decréscimo de 3%. Os efectivos da AR apresentavam uma distribuição por grupos profissionais de acordo com o Gráfico seguinte.

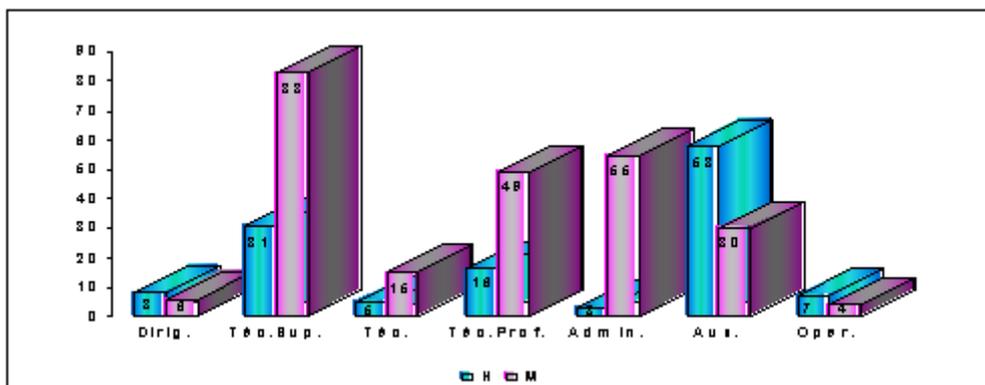
GRÁFICO V
EVOLUÇÃO DO QUADRO DE EFECTIVOS



No total dos efectivos, as mulheres representam 65,4%, registando-se um ligeiro acréscimo de 0,8% da sua representatividade, relativamente ao ano anterior, que se

reflecte nomeadamente nos grupos profissionais técnico-profissional e administrativo. Essa distribuição pelos vários grupos profissionais está representada no Gráfico VI.

GRÁFICO VI
EFFECTIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS



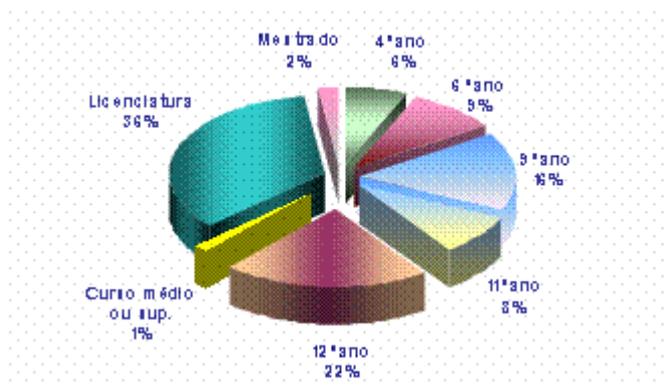
Da análise da distribuição dos efectivos por escalões etários, que consta do Gráfico VII, resulta que a idade média dos efectivos se situa nos 44,3 anos, evidenciando a tendência para a subida deste indicador, que se vem acentuando nos últimos quatro anos, representando um aumento médio de 0,5%.

GRÁFICO VII
EFFECTIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS



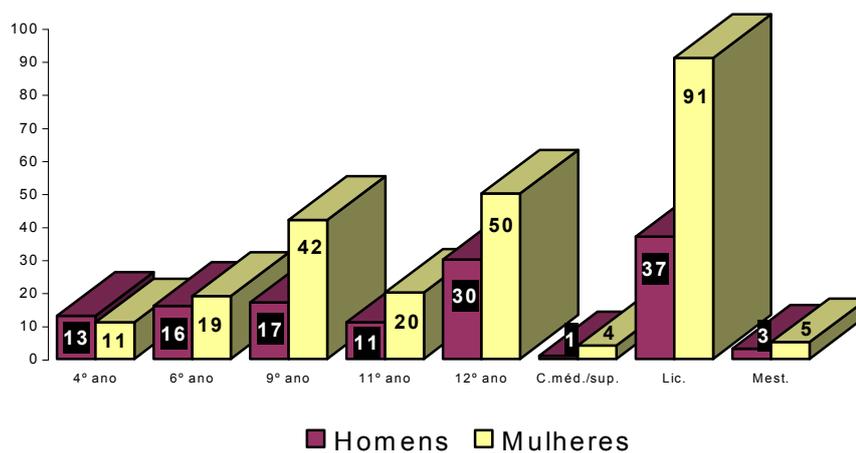
A distribuição dos efectivos por nível habilitacional mantém-se sem alterações significativas e está representada no gráfico VIII.

GRÁFICO VIII
EFFECTIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL



A representação da relação habilitacional e sexo está registada no Gráfico IX.

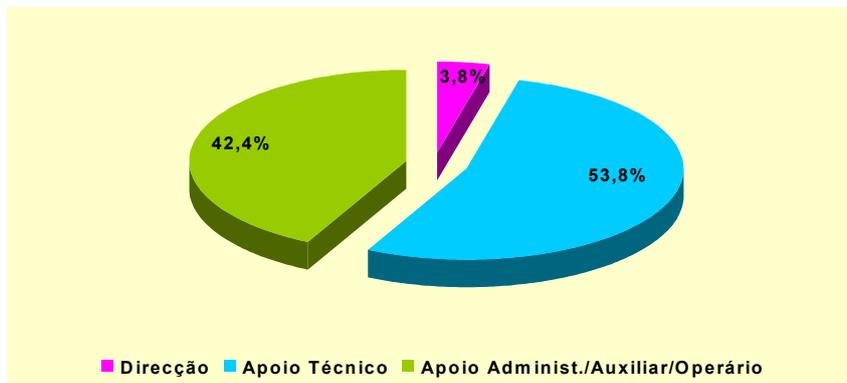
GRÁFICO IX
NÍVEL HABILITACIONAL POR SEXO



A distribuição, em termos percentuais, dos 370 efectivos pelas várias áreas de actividade está representada no Gráfico X.

GRÁFICO X

EFFECTIVOS POR GRANDES ÁREAS DE ACTIVIDADE



De salientar que o índice de tecnicidade se mantém em 53,8%, idêntico ao do ano anterior.

Em sede de **formação profissional**, consolidou-se a orientação já delineada e prosseguida em anos anteriores, tendo por objectivo melhorar o desempenho dos funcionários parlamentares, com vista à dinamização de competências e, por via indirecta, melhorar a eficiência e o tempo de resposta dos Serviços.

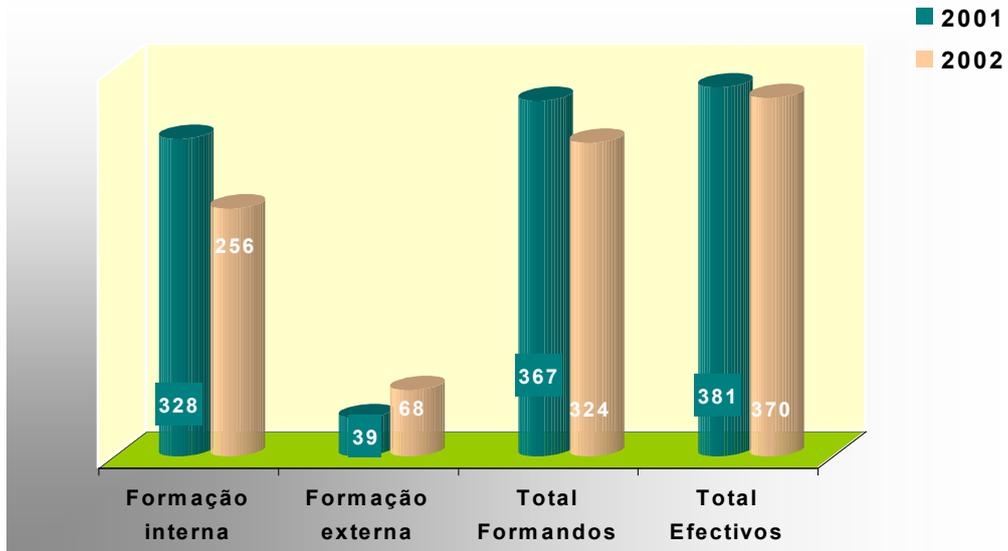
No âmbito do plano de formação estruturado por fases, das quais se destacam o diagnóstico de necessidades totais de formação, a aferição das necessidades efectivas de formação e a selecção das ofertas de formação considerada necessária, realizaram-se **29 acções de formação interna**, incidindo designadamente nas áreas de informática e línguas (inglês e francês). As referidas acções contaram com a colaboração de empresas especializadas e nelas participaram 256 funcionários parlamentares.

A **formação externa**, num total de 46 acções, contou com a participação de 68 funcionários, foi promovida por empresas privadas e organismos públicos, incidindo sobretudo em áreas ligadas à gestão pública, financeira e de recursos humanos, sistemas e tecnologias de informação, assuntos jurídicos, comunicação, liderança e comportamento.

Privilegiou-se a formação na área de informática, tendo-se verificado um ligeiro abrandamento nas restantes áreas, sendo que a saída de pessoal e a intensificação dos trabalhos parlamentares reduziram a disponibilidade para a frequência de acções de formação.

As acções de formação promovidas traduziram-se num total de 10.645 horas, incidiram sobre 87,6% do total dos efectivos e encontram-se representadas no Gráfico XI.

GRÁFICO XI
EVOLUÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL



ACTIVIDADE EDITORIAL

O ano de 2002 foi um ano de continuação e consolidação do trabalho desenvolvido pela área editorial nos anos transactos, nas diversas componentes da sua actividade. Apesar das alterações havidas a nível dos recursos humanos, foi possível manter e, inclusivamente, em certas áreas, aumentar a actividade desenvolvida.

A Assembleia da República editou, durante o ano de 2002, 23 obras, algumas das quais em dois volumes, aumentando significativamente o volume de **edições exclusivas**. À semelhança dos anos anteriores foi editada, embora numa tiragem mais reduzida, a Agenda de Secretária 2003. Patrocinaram-se as edições de cinco obras através da aquisição de exemplares para distribuição interna e ou oferta. Finalmente procedeu-se à co-edição, com o ICS e o Instituto Adelino Amaro da Costa, do livro que recebeu o Prémio Adelino Amaro da Costa, “O Parlamento português: uma reforma necessária”.

Na Livraria Parlamentar realizaram-se diversos **lançamentos de obras** editadas pela Assembleia da República, co-editadas, ou editadas no exterior mas relacionadas com a actividade parlamentar.

A Livraria Parlamentar participou nas Jornadas Europeias do Património, em 29 de Setembro, tendo-se constatado uma maior afluência de estrangeiros e menor de público nacional (o total de vendas efectuadas foi de 211,53 Euros).

Tendo em conta a inexistência de qualquer outra livraria nas proximidades do Palácio de S. Bento, estabeleceram-se contactos com diversas editoras no sentido de a AR passar a comercializar, através da Livraria Parlamentar, obras por elas editadas, em regime de consignação, com 30% de desconto sobre o preço de capa, tendo uma delas aderido. Esta medida contribuiu para aumentar significativamente o número de visitantes da Livraria, a qual registou durante o ano, de forma quase constante, um aumento das suas receitas (o valor anual foi de 47.896 Euros).

Dado que parte dos visitantes são crianças ou jovens, procurou-se alargar a oferta

de produtos, com peças orientadas para este público e dotadas de particular significado pedagógico. Nesse sentido foi escolhido o leão para mascote da Assembleia da República, por ser um animal que, para além de simbolizar o poder, se encontra muito presente quer no interior quer no exterior do Palácio e foi lançado um concurso dirigido a todos os estudantes do ensino básico e do secundário com o objectivo de dar um nome à mascote.

A Assembleia da República participou na Feira do Livro de Lisboa, tal como já tinha acontecido em 2001 e, pela primeira vez, na Feira do Livro do Porto (o resultado das vendas em Lisboa atingiu 4.349 Euros e, no Porto, 5.576 Euros).

A **produção de peças para oferta ou para venda** na Livraria Parlamentar foi prosseguida em 2002, tendo-se procurado adquirir peças mais acessíveis ao grande público mas que mantivessem incólume a qualidade e exclusividade das peças até aí produzidas.

Em 2002 promoveu-se a reformulação total do **site Internet da Assembleia da República** quer do ponto de vista gráfico, quer da disponibilização de novos conteúdos, quer ainda quanto aos procedimentos indispensáveis à automatização das bases de dados já disponíveis na Intranet.

COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR

Em 2002, no âmbito da Cooperação Parlamentar, continuou a revestir particular significado a cooperação orientada para os Países de Língua Portuguesa, referindo-se desde já a assinatura do Protocolo de Cooperação com a Assembleia Constituinte de Timor-Leste e o acordo com o Parlamento Nacional, relativamente a alguns princípios gerais do Programa de **Cooperação Parlamentar Luso-Timorense** para 2003/2005.

Salienta-se também, a realização, em Fevereiro, de uma Missão de pré-avaliação das acções a desenvolver no âmbito do Programa de Cooperação assinado em 2001 com o **Parlamento Moçambicano**. Desta missão resultou um relatório que analisou os diversos Serviços da Assembleia da República de Moçambique (ARM) e perspectivou as acções de cooperação a desenvolver no decorrer do triénio 2001/2003.

É igualmente de assinalar a realização em S. Tomé da primeira Missão de Avaliação Intercalar do **Programa de Cooperação Parlamentar Luso-Santomense** 2000/2003.

Merecem igualmente especial menção as demais acções levadas a efeito no âmbito dos vários programas de cooperação. Assim, no contexto da **Cooperação Parlamentar com a Assembleia Nacional de Angola**, realizaram-se em Lisboa cerca de 10 acções de formação, abrangendo áreas no âmbito dos Serviços de Apoio e Secretariado, Documentação e Informação e ainda a frequência de cursos no Instituto Nacional de Administração.

É igualmente de destacar a deslocação de duas Delegações Parlamentares angolanas, em Fevereiro e Maio, cada uma composta por três Deputados. A primeira reuniu com o Presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, para tratar de questões relacionadas com a próxima revisão do regimento da AN; a segunda Delegação manteve encontros de trabalho com o Conselho de Administração, a Secretária-

Geral e a Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros para troca de impressões sobre o Estatuto Remuneratório dos Titulares de Cargos Políticos.

Ainda enquadrado pelo Programa de Cooperação 2001/2002, iniciou-se em Luanda um curso de Aperfeiçoamento em Língua Portuguesa, ministrado pelo Instituto Camões, dirigido a redactores e funcionários da Assembleia Nacional de Angola.

No âmbito do **Programa de Cooperação Parlamentar Luso-Caboverdiano** 2001/2003, realizaram-se Missões de Assistência Técnica à Assembleia Nacional de Cabo Verde, nas áreas das Relações Públicas, Protocolo, Organização de Reuniões Internacionais e na da Formação de Arquivos Correntes. No quadro do mesmo Programa foi oferecido material de informática e uma "Colecção Parlamentar" à Biblioteca Nacional.

Em 21 de Julho realizou-se a visita oficial do Presidente da Assembleia da República a Cabo Verde, tendo nesta data sido formalmente criada a Comissão Mista Permanente prevista no Protocolo de Cooperação assinado entre os dois países em 7 de Março de 1997.

No quadro das acções executadas, destaca-se a deslocação à AR das chefias nas áreas congéneres da Direcção de Serviços de Apoio e Secretariado na ARM para efectuarem formação *on job* e ainda a execução de duas Missões de Assistência Técnica, junto da ARM, nas áreas de Apoio e Secretariado e Documentação e Informação.

Menciona-se ainda a frequência do curso “Feitura das Leis” no Instituto Nacional de Administração, por quatro técnicos do Parlamento Moçambicano.

Como projecto adicional ao Programa de Cooperação, deslocaram-se a Lisboa dois técnicos moçambicanos com o objectivo de identificar e analisar o funcionamento dos organismos onde é graficamente produzida a legislação portuguesa.

Ainda no âmbito das visitas de trabalho, refere-se a deslocação de uma delegação parlamentar moçambicana, composta por sete Deputados da Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Regional, Administração Pública e Poder Local, que reuniu com as Comissões Parlamentares homólogas e com organismos da Administração Central.

No que respeita à cooperação parlamentar com a **Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe**, para além da já referida Missão de Avaliação Intercalar, refere-se a celebração de um contrato de prestação de serviços a favor de um Técnico Residente para a área de Biblioteca e Documentação (Projecto III), tendo este beneficiado de uma acção de formação nesta mesma área.

No que respeita a **Timor Leste**, tiveram lugar Missões de Assistência Técnica de assessoria a diversas áreas, devidamente enquadradas no Protocolo de Cooperação entre a AR e o Conselho Nacional. Estas Missões abrangeram períodos variáveis, tendo algumas delas durado todo o ano de 2002. No âmbito do citado Protocolo, foram oferecidos 474 volumes de monografias várias para a Biblioteca do Parlamento Nacional.

Em Fevereiro, o Presidente da Assembleia Constituinte de Timor Leste, Francisco Guterres Lu'olo, efectuou uma visita à AR. Por ocasião desta visita foi assinado o Protocolo de Cooperação entre AR e a Assembleia Constituinte de Timor Leste. Posteriormente, na visita oficial que realizou entre 21 e 22 de Novembro, foram acordados alguns princípios gerais do Programa de Cooperação Parlamentar Luso-Timorense 2003-2005.

Em Julho, realizou-se na cidade da Praia a reunião da associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de língua portuguesa, tendo a Secretária-Geral da Assembleia da República de Portugal assumido a presidência da associação em 2002/2003.

Ainda no âmbito da cooperação parlamentar realizou-se na Cidade da Praia, Cabo Verde, o **III Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa**. A Delegação da Assembleia da República foi chefiada pelo Presidente da AR, tendo sido discutidos os seguintes temas: O Estatuto do Cidadão dos Países de Língua Oficial Portuguesa e a circulação no seio dos países da Comunidade; A problemática da dívida externa e o seu impacto no desenvolvimento dos países da CPLP; A promoção e protecção dos Direitos Humanos no seio da CPLP; A dimensão parlamentar da CPLP como factor de fortalecimento da Democracia e do Desenvolvimento dos países da Comunidade; e o Estatuto do Fórum Parlamentar da CPLP.

No referido Fórum foi distribuído o livro editado pela AR “Cooperação Parlamentar de Portugal com os Países de Língua Portuguesa” onde se efectua um balanço das actividades de cooperação desenvolvidas nos últimos anos.

No âmbito do **Programa TAIEX** – Technical Assistance Information Exchange Office (CE) – estagiaram na Assembleia da República 14 funcionários dos **Parlamentos da Eslováquia, Eslovénia, Hungria, Letónia e Polónia**.

Em colaboração com o Instituto Internacional da Democracia a Assembleia da República integrou, juntamente com os Parlamentos da Holanda e da Irlanda, um grupo consultivo que se deslocou a Belgrado e Sarajevo, tendo em vista o apoio aos Parlamentos da República Federal da Jugoslávia e da Bósnia-Herzegovina.

FINANCIAMENTO DE ENTIDADES AUTÓNOMAS

A componente “Financiamento de Entidades” agrega os orçamentos correntes e de capital das AACs, CNE, CNPD, Provedoria de Justiça e CADA e ainda as verbas destinadas a suportar os encargos decorrentes da actividade do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações, do Grupo Desportivo Parlamentar e de Outras Entidades Públicas ou Privadas.

Em termos globais e tal como revela o Quadro XIV, o financiamento desta Actividade excedeu os valores do ano anterior em 7,2%. Para esta variação contribuiu principalmente a Provedoria de Justiça, não só pelo peso do seu orçamento no total do financiamento das várias Entidades, como pelo seu crescimento relativamente a 2001 (13,4%).

Considerando que a particular conjuntura orçamental restritiva determinou, em regra, a limitação do crescimento médio das despesas em 2%, constatou-se que tal imposição condicionou a gestão dos orçamentos das várias Entidades, o que conduziu ao pedido de transferência de grande parte das dotações inscritas em despesas de capital para despesas correntes.

Com o propósito de melhor clarificar as despesas realizadas pelo “Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações”, que vinham sendo imputadas em rubricas da actividade “Serviços da Assembleia da República”, procedeu-se à sua autonomização no quadro do “Financiamento de Entidades”.

Quadro XIV
EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES AUTÓNOMAS

	Unid: Euro		Var%
	2001 corrigido	2002 corrigido	
<i>Alta Autoridade para a Comunicação Social</i>	1.880.468	1.918.077	2,0%
<i>Comissão Nacional de Eleições</i>	1.036.065	1.028.500	-0,7%
<i>Provedoria de Justiça</i>	4.378.248	4.963.527	13,4%
<i>Comissão Nacional de Protecção de Dados</i>	983.605	1.003.276	2,0%
<i>Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos</i>	598.557	610.529	2,0%
<i>Grupo Desportivo Parlamentar</i>	12.470	12.720	2,0%
<i>C.F. dos Serviços de Informações (*)</i>		11.300	100,0%
<i>Out. entidades públicas ou privadas</i>	49.880	36.561	-26,7%
Total	8.939.293	9.584.490	7,2%

(*) No ano 2001 esta rubrica não se encontrava ainda autonomizada no OAR

Em termos de execução orçamental, verifica-se que praticamente todas as Entidades observaram níveis de execução plena, como se infere do atrás incluído Quadro XIV.

Em “Outras Entidades públicas ou privadas” incluiu-se a verba de 25.000 Euros para atribuição do “Prémio Direitos Humanos”, instituído pela Resolução da AR n.º 69/98, de 10 de Dezembro, o qual foi, em 2002, entregue à “Associação Portuguesa de Apoio à Vítima” pelo trabalho desenvolvido nesse âmbito.

INVESTIMENTOS

A conjuntura orçamental particularmente restritiva que continuou a caracterizar o ano de 2002 condicionou o plano de investimentos, que à semelhança do ano anterior registou um acentuado abrandamento, na ordem dos 54%. Tratou-se de uma opção que visou conjugar circunstancialmente um nível de investimento apenas indispensável à renovação tecnológica em curso na AR com um reescalonamento das despesas no domínio das empreitadas, de forma a não se prejudicar o indispensável suporte financeiro às actividades parlamentares.

Quadro XV
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ASSUMIDAS COM INVESTIMENTOS

Unid: Euro

	2001	2002	Var. %
	<i>corrigido</i>	<i>corrigido</i>	
	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>2/1</i>
<i>Edifícios</i>	1.140.432	1.153.308	1,1%
<i>Material de Transporte</i>	501.980	1.110	-99,8%
<i>Equipamento e Aplicações de Informática</i>	883.970	1.182.370	33,8%
<i>Maquinaria e Equipamento</i>	3.390.534	738.530	-78,2%
<i>Outros Investimentos</i>	895.447	50.098	-94,4%
TOTAL	6.812.362	3.125.416	-54,1%

EQUIPAMENTO E APLICAÇÕES INFORMÁTICAS

Durante o ano 2002, no quadro da aplicação **PLC (Processo Legislativo e da Actividade Parlamentar)**, concluída no ano anterior, procedeu-se à análise e desenvolvimento de novas funcionalidades solicitadas pelos Serviços e pelos Grupos Parlamentares da AR. O projecto foi complementado com as correspondentes acções de formação junto dos serviços utilizadores.

Deu-se início á reformulação da aplicação **SIBAR (Sistema de Informação Base da AR)**, tendo ficado concluída a fase de análise.

No âmbito do projecto da **AR@NET (Sistema de Intranet da AR)** foram

desenvolvidas as seguintes aplicações:

QUADRO XVI

APLICAÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO PROJECTO INTRANET

Aplicação	Estado
Carregamento de dados no sistema	Exploração (concluída)
Boletim Informativo	Exploração (concluída)
Lista Telefónica	Exploração (concluída)
Lista de antiguidade	Exploração (concluída)
Marcação de salas	Exploração (concluída)
Requisições DAPAT	Exploração (concluída)
Pedidos de informação à BIB	Exploração (concluída)
Pedidos de informação à DILP	Exploração (concluída)
Propostas de publicação à BIB	Exploração (concluída)
Requisições DE – peças e publicações	Entregue ao utilizador
Help-desk CINF	Entregue ao utilizador
Pedidos de incorporação AHP	Entregue ao utilizador
Gestão de leitores externos AHP	Entregue ao utilizador
Gestão do acervo do AHP	Entregue ao utilizador
Gestão do Arquivo Fotográfico	Entregue ao utilizador

Relativamente ao **Sistema AR2000 (Migração do ambiente Unix/Elenix para Windows 2000/Exchange)** foram migrados, configurados e instalados nos GP e Serviços da AR, os seguintes produtos/serviços: correio electrónico Exchange; sistema de autenticação baseado na Active Directory do sistema operativo Windows 2000; serviço de ficheiros e de impressão; serviços de DNS interno; DHCP e WINS; software ePolicy Orchestrator da McAfee; que

permite a actualização automática do software de anti-vírus instalado nos postos de trabalho e servidores da AR; migração dos postos de trabalho de W98 para W2000 (Configuração com W98, para integração no sistema AR2000 de todos os postos que já não admitem a referida evolução); definição de um novo esquema de endereçamento IP; e, ainda, criação de uma infraestrutura de comunicação segura que permite o desenvolvimento de aplicações para actualização automática do site do Parlamento.

Igualmente para este sistema foram também adquiridos os seguintes servidores de alta disponibilidade, com uma solução em armário, um sistema de backup e UPS (para as falhas de energia):

- 2 Clusters (4 servidores “ligados” 2 a 2) para os Serviços da AR, um para o edifício Palácio e o outro para o edifício D. Carlos;
- 4 Clusters (8 servidores “ligados” 2 a 2) para os GP (PSD, PS, CDS-PP e PCP);

Procedeu-se à implementação de **WEBMAIL**, serviço que permite a leitura do correio fora das instalações da AR, em qualquer posto com acesso à Internet, que implicou:

- aquisição de 5 servidores de webmail (1 para os serviços e 4 para os GP), tendo-se procedido já à instalação de 3 desses servidores;
- aquisição e instalação de um servidor de *firewall* interno, associado ao serviço de Webmail;

No domínio da **Internet e Segurança da Rede de Comunicação de Dados da AR**, foi adquirido um sistema de *firewall* de alta disponibilidade (4 servidores com uma solução em armário) e instalado um segundo *proxy* para aumentar a velocidade de acesso à Internet.

Ainda no âmbito da Rede de Comunicação de Dados da AR, procedeu-se ao

estudo e adjudicação do alargamento da largura de banda de 10 para 100 Mbps. Foram ainda adquiridos e instalados cabos, tomadas e bastidores, para estender a Rede de Comunicação de Dados a áreas recuperadas.

Relativamente aos **servidores IBM** (aplicações Oracle) procedeu-se à actualização do *hardware* com o aumento de espaço em disco (4 novos discos) e aquisição de uma UPS (para as falhas de energia). Estabeleceu-se ainda um plano de automatização de backup's e instalaram-se novas versões de Oracle.

PATRIMÓNIO E OUTROS INVESTIMENTOS

Prosseguiu-se com o objectivo de melhoria dos espaços físicos da AR, destacando-se as seguintes intervenções:

- requalificação das instalações das telefonistas e novas instalações para os serviços de relações públicas e internacionais da AR (sitas no rés-do-chão e sobreloja do Palácio de S. Bento);
- adaptação de um espaço no Palácio de São Bento para arquivo de suporte de audiovisuais;
- construção de um piso intermédio no rés-do-chão do Palácio de S. Bento para a criação de um armazém destinado à área de aprovisionamento e património;
- remodelação da copa de apoio ao gabinete do Presidente da AR, no Andar Nobre do Palácio de S. Bento;
- adaptação de instalações no rés-do-chão do Palácio de S. Bento para o uso da actividade editorial;
- beneficiação e pintura de várias salas do Palácio de São Bento adstritas ao PAR, aos grupos parlamentares ou aos serviços da AR;

- beneficiação de diversas instalações sanitárias no Palácio de S. Bento;
- beneficiação das paredes dos corredores no rés-do-chão do Palácio de S. Bento, do corredor na galeria de acesso ao Edifício Novo, da recepção do rés-do-chão do Palácio de S. Bento e dos nichos da entrada principal do Palácio;
- impermeabilização da laje de tecto da copa do bar restaurante dos Deputados, no Palácio de S. Bento;
- alteração do sistema de exaustão das cozinhas do Palácio de S. Bento, com vista a melhorar as condições de eliminação dos odores e fumos provindos da confecção dos alimentos;
- impermeabilização e revestimento pétreo do terraço da Casa da Guarda, no pátio interior do Palácio de S. Bento;
- beneficiação de várias empenas do Palácio de S. Bento a fim de obstar à infiltração de água nas paredes, evitar degradações dos rebocos sobre as telhas que levam ao entupimento de caleiras e tubos de queda e promover a sua melhoria estética;
- beneficiação de vários espaços na “Casa Amarela”, designadamente da recepção e zonas de circulação do primeiro piso e escada de acesso ao segundo piso, e de outras zonas comuns do mencionado edifício (pisos 1 a 5);
- instalação de porta de vidro automática na entrada da Biblioteca, que permite a percepção pelo público do efectivo funcionamento daqueles serviços.

Ao nível dos **sistemas de climatização e ventilação** remodelou-se o sistema de

ar condicionado nos gabinetes em que se fez sentir essa necessidade, para além de melhoramentos em aparelhos já instalados.

No domínio do **equipamento de audiovisual** procedeu-se à aquisição de equipamento para a régie das salas das Comissões Parlamentares, de monitores e *delay* de audio para o sistema de televisão da AR e, ainda, de seis monitores de LCD de 15" a cores, para instalar nas cabines de tradução simultânea da Sala do Senado. Beneficiou-se ainda de um sistema de *streaming* destinado à distribuição do sinal (emissão) do Canal Parlamento para a *internet* e *intranet*.

Paralelamente, promoveram-se os seguintes *upgrades*::

- da capacidade do servidor de gravação e emissão do Canal Parlamento de 25 para 50 horas;
- do sistema AVID - sistema de edição não linear para montagem de material filmado, *clips* e separadores, de 3 para 10 horas;
- de funcionalidades no software do Canal Parlamento;
- de novas funcionalidade nos *software* dos sistemas de votação electrónica e de controlo de tempos da Sala das Sessões.

Ainda no campo do investimento mas com especial importância ao nível da **segurança**, promoveu-se o apetrechamento de cinco elevadores do Palácio de São Bento com um sistema bi-direccional de comunicação, que possibilita aos utilizadores, em caso de necessidade, o contacto com a Sala de Segurança.

Em finais de 2002, foi dado início ao projecto de instalação de um sistema anti-intrusão nas portas do elevador monta-cargas e da escada de emergência do parque de estacionamento.

No que concerne ao **mobiliário**, foram adquiridos os móveis necessários para

apetrechar diversos gabinetes dos Serviços da AR, gabinetes dos Secretários da Mesa, corredores do Novo Edifício, instalações da Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública e agência de viagens.

Concluiu-se, ainda, em cumprimento do disposto no n.º1 do artigo 8.º da Lei n.º 4/85, de 9 de Abril, o apetrechamento da residência oficial do Presidente da Assembleia da República.

Por outro lado, tendo em conta a função dos Serviços na área da conservação e valorização do **património artístico e cultural do Parlamento** procedeu-se à aquisição das seguintes obras: busto do Prof. Henrique de Barros, da autoria do escultor Lagoa Henriques e respectivo plinto, retrato do ex-Presidente da AR, Dr. Almeida Santos, pelo pintor António Macedo e, ainda, a obra “A Assembleia no quotidiano dos Portugueses. Os Portugueses no quotidiano da Assembleia”, da autoria de António José Delgado Colaço.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

DAS DESPESAS

Enquanto o grau de execução orçamental foi de 94,7% (78.777.582 Euros / 83.187.271 Euros), o grau de execução financeira foi de 92,2%, valor que resultou de se abater as despesas cativas (600.050 Euros) bem como o diferencial entre as despesas cabimentadas e as processadas (1.424.337 Euros) evidenciadas no encerramento do exercício.

A despesa assumida e que não teve execução financeira, dando lugar à transição de encargos, deve-se ao reduzido período complementar para o apuramento de contas (de 1 a 7 de Janeiro de 2003) e à existência de despesas autorizadas envolvendo pagamentos faseados no tempo, em função da evolução verificada nos projectos a que respeitam. De entre os encargos que transitaram para a gerência seguinte, destacam-se os que têm maior impacto financeiro:

- reformulação da aplicação SIBAR, da responsabilidade da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (2ª tranche);
- desenvolvimento de uma aplicação informática para a área arquivística histórica e audiovisual (última prestação);
- implementação de uma base de dados multimédia para o arquivo de áudio e vídeo da AR, pela Universidade de Aveiro (30%);
- digitalização de documentos de arquivo, ao abrigo do protocolo celebrado com a Universidade de Aveiro (2ª e 3ª fase);
- projecto de arquitectura de carácter efémero de suporte às exposições do Museu da AR, a implementar na antiga sala do Refeitório dos Frades (90%);
- parte da despesa com a empreitada de requalificação das instalações das telefonistas e novas instalações para o GAREPI;

- adjudicação de equipamento de recolha selectiva de resíduos sólidos no Parque de Estacionamento interior do Palácio de S. Bento (30%).

DAS RECEITAS

Importa começar por referir que na estrutura da receita total, a parte que é gerada e cobrada pela AR representa apenas 1%, quando em 2001 representava 1,4%. Estas receitas registaram um decréscimo de 13,7%, apesar de terem registado um grau de realização de 131,6%, excedendo assim as previsões efectuadas aquando da elaboração do OAR2002 Suplementar.

O financiamento com origem no OE, que representa 99% do total do OAR2002, superou em 23,1% o do exercício anterior, conforme evidencia o quadro seguinte:

Quadro XVII
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS

	<i>unid.: Euro</i>		
DESIGNAÇÃO	OAR2001	OAR2002	Var.%
<i>Juros</i>	353.204	240.252	-32,0%
<i>Guias de Reposição não Abatidas</i>	159.594	173.546	8,7%
<i>Venda de Senhas de Refeição</i>	244.965	242.773	-0,9%
<i>Publicações, Impressos e Artigos Diversos</i>	50.247	72.638	44,6%
<i>Outras Receitas</i>	126.636	77.647	-38,7%
Receitas Próprias	934.646	806.856	-13,7%
<i>Transferências do OE</i>	64.525.514	79.440.065	23,1%
Total	65.460.160	80.246.921	22,6%

Com comportamento positivo, de mais 44,6% do que em 2001, destaca-se a receita proveniente da “Venda de publicações, impressos e artigos diversos”, o que permite evidenciar os efeitos benéficos resultantes da estratégia de abertura da Livraria Parlamentar à comercialização de publicações de outras editoras e da participação activa da AR, nas Feiras do Livro de Lisboa e do Porto. Igualmente de referir a evolução registada nas receitas provenientes das “Guias de reposição não abatidas”, que permitiram arrecadar mais 8,7% que no ano anterior.

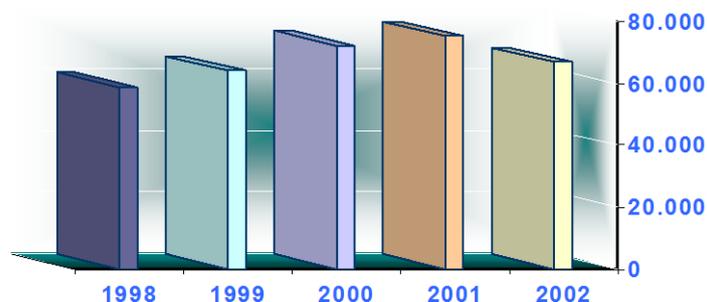
Quadro XVIII
RECEITAS COBRADAS EM 2002

unid.: Euro

<i>Rubrica</i>	<i>DESIGNAÇÃO</i>	<i>OAR2002 corrigido</i>	<i>Receita Cobrada</i>	<i>GR%</i>
01 01 01	<i>Juros</i>	114.250	240.252	210,3%
01 01 09	<i>Guias de Reposição não Abatidas</i>	112.952	173.546	153,6%
02 01	<i>Venda de Senhas de Refeição</i>	245.000	242.773	99,1%
05 01	<i>Publicações, Impressos e Artigos Diversos</i>	51.130	72.638	142,1%
06 01	<i>Outras Receitas</i>	89.670	77.647	86,6%
06 02	<i>Receitas Próprias</i>	613.002	806.856	131,6%
08 01	<i>Transferências do OE</i>	79.440.065	79.440.065	100,0%
	<i>TOTAL</i>	80.053.067	80.246.921	100,2%

A receita proveniente da venda das senhas de refeição sofreu uma redução de 0,9%, ou seja, de 2.192 Euros, o que está em sintonia com a diminuição do número de utentes do refeitório, que passou de 75.196 em 2001, para 66.737 em 2002.

Gráfico XII
EVOLUÇÃO DO Nº DE UTENTES NO REFEITÓRIO DA AR

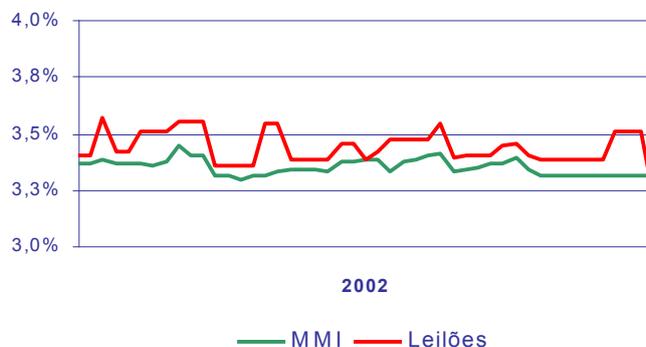


Também as “Outras Receitas” sofreram uma redução em resultado do decréscimo registado na venda de bens e serviços (v.g. cadernos de encargos), apesar de nesta rubrica se incluir a receita proveniente das rendas pagas pelos operadores de telecomunicações por contrapartida da utilização dos espaços da Assembleia da República para a colocação de equipamentos de telecomunicações e o arrendamento da área utilizada pela Tabacaria no Palácio de S. Bento.

Os rendimentos gerados pelas aplicações financeiras registaram uma quebra de 32%

em consequência da reduzida dimensão dos excedentes de tesouraria e da tendência negativa das taxas de remuneração dessas operações. Todavia, tal como decorre da observação do Gráfico XIII, constata-se que os leilões lançados em 2002 para aplicação dos excedentes financeiros da AR, tiveram um razoável êxito no que respeita à negociação das taxas de juro praticadas pelo Mercado Monetário Interbancário (MMI).

Gráfico XIII
EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO



O saldo de gerência apurado à data de 31 de Dezembro de 2002, foi de 6.591.162 Euros, dos quais cerca de 31% já se encontravam cativos em resultado dos encargos assumidos no exercício, que transitaram para o ano seguinte (2.024.387 Euros).

NOTA FINAL

De acordo com o artigo 73º da Lei Orgânica da Assembleia da República, o Relatório e a Conta são aprovados pelo Plenário da Assembleia da República.

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 52º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, a Assembleia da República procede à remessa da sua conta de gerência ao Tribunal de Contas até 15 de Maio do ano seguinte a que diz respeito, para emissão de parecer nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 5º do referido diploma legal.

O exercício económico analisado no presente Relatório foi segmentado em duas gerências na sequência da realização de eleições legislativas no primeiro trimestre de 2002, que determinou o início de uma nova Legislatura e a eleição do novo Conselho de Administração.

Os documentos de prestação de contas respeitantes à gerência de 1 de Janeiro a 5 de Abril foram oportunamente aprovados e enviados ao Tribunal de Contas, pelo que o Conselho de Administração delibera agora proceder à remessa ao Tribunal de Contas, do Relatório consolidado do exercício económico de 2002 (VIII e IX Legislaturas) e da Conta de Gerência reportada ao período de 6 de Abril a 31 de Dezembro de 2002.

Assembleia da República, em de Março de 2003

Serviços da Assembleia da República

SECRETÁRIA-GERAL

Isabel Maria Freire dos Santos Corte-Real

AUDITOR JURÍDICO

Henrique Pereira Teotónio

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO E SECRETARIADO

Lucinda da Conceição Andrade Ferreira Almeida

DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Fernando Cascalheira Vasco

DIVISÃO DE SECRETARIADO ÀS COMISSÕES

Alexandra Maria Fonseca Pereira da Graça

DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL

José Nogueira Diogo

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Rui José Pereira Costa

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA E PARLAMENTAR

João Viegas Vilhete d'Almeida

DIVISÃO DE EDIÇÕES

Ana Margarida Serpa Soares Menino Vargas

BIBLIOTECA

José Luís Martins Tomé

ARQUIVO HISTÓRICO-PARLAMENTAR

Leonor Faria Calvão Borges

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Maria Teresa Monteiro Fernandes

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO

Maria José Brandão da Silva Tigeleiro Afonso

DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

Filipe Manuel Campos Silva

DIVISÃO DE APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO

Francisco José Pereira Alves

CENTRO DE INFORMÁTICA

Maria Fernanda Campos Rovisco Ribeiro

GABINETE DE RELAÇÕES PÚBLICAS E INTERNACIONAIS

Domingos Manuel Fonseca de Almeida Machado

MUSEU

Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Lux Afonso

GABINETE MÉDICO E DE ENFERMAGEM

Fernando José Carrilho Ribeiro Leitão

SERVIÇO DE SEGURANÇA

José Manuel Lucas Pimenta